

MARCIA CAMARANO



João Sem Terra

VEREDAS DE UMA LUTA



Direito à Memória e à Verdade





João Sem Terra

VEREDAS DE UMA LUTA

MARCIA CAMARANO



DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS (Pepe Vargas)
Ministro de Estado do Desenvolvimento
Agrário

LAUDEMIR ANDRÉ MULLER
Secretário Executivo do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES
Presidente do Instituto Nacional de Colonização
e Reforma Agrária

VALTER BIANCHINI
Secretário de Agricultura Familiar

ANDREA BUTTO ZARZAR
Secretária de Desenvolvimento Territorial

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA
Secretário de Reordenamento Agrário

SÉRGIO ROBERTO LOPES
Secretário de Regularização Fundiária na
Amazônia Legal

JOAQUIM CALHEIROS SORIANO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural

JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO
Coordenador executivo do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

MARIA DO ROSÁRIO NUNES
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de
Direitos Humanos da Presidência da República

PATRÍCIA BARCELOS
Secretária Executiva

BRUNO MONTEIRO
Chefe de Gabinete

GILNEY AMORIM VIANA
Coordenador do Projeto Direito à Memória e
à Verdade

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E
DESAPARECIDOS POLÍTICOS**

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES
BARBOSA
Presidente

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO
Representante da Câmara dos Deputados

DIVA SOARES SANTANA
Representante dos familiares

BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR E
MARIA DO AMPARO ALMEIDA ARAÚJO
Representantes da sociedade civil

MARIA ELIANA MENEZES DE FARIAS
Representante do Ministério Público Federal

TEN. CORONEL JOÃO BATISTA
FAGUNDES
Representante das Forças Armadas

GILLES SEBASTIÃO GOMES
Coordenador Geral da CEMDP

Coleção Camponeses e o Regime Militar

Marcia Camarano

João Sem Terra,
veredas de uma luta

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Brasília, 2012

**Coordenação-geral do Projeto da Coleção
“Camponeses e o Regime Militar”**

Joaquim Soriano

Diretor do NEAD/MDA

Gilney Viana

Coordenador do Projeto Direito à Memória e à

Verdade/SDH

Moacir Palmeira

PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Leonilde Sérvo de Medeiros

CPDA/UFRRJ

Comitê Editorial da Coleção

Moacir Palmeira

PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

José Sergio Leite Lopes

PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Leonilde Sérvo de Medeiros

CPDA/UFRRJ

Caio Galvão de França

Gabinete da Presidência da República

Gilney Viana

Coordenador do Projeto Direito à Memória e à

Verdade/SDH

Joaquim Soriano

Diretor do NEAD/MDA

**João Sem Terra, vol. 1 da Coleção “Camponeses
e o Regime Militar”**

Copyright © 2012 Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA)

Copyright © 2012 Secretaria de Direitos

Humanos da Presidência da República (SDH)

Qualquer parte desta publicação pode ser
reproduzida, desde que citada a fonte.

**Coordenadora-executiva e organizadora da
Coleção**

Marta Cioccarri

PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Editora da Coleção

Djane Della Torre

Autora da publicação

Marcia Camarano

Capa, projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol Produção Gráfica

caco@cacobisol.com.br

Imagens da capa

Foto menor: João Sem Terra / *Última Hora* /

Arquivo MJDH-RS

Foto de fundo: Fazenda Annoni, 1986 / Foto de

Roberto Santos

Produção gráfica e editorial

Ana Carolina Fleury

Revisão ortográfica e gramatical

Cecília Fujita

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

www.mda.gov.br

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento

Rural (NEAD)

SBN, Quadra 2, Edifício Sarkis - Bloco D - loja

10 - Sala S2 - Cep: 70.040-910 - Brasília-DF

Telefone: (61) 2020 0189

www.nead.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Camarano, Marcia.

João Sem Terra, veredas de uma luta / Marcia Camarano – Brasília : Ministério do
Desenvolvimento Agrário, 2012. (Coleção Camponeses e o Regime Militar, v. 1).

104p.

ISBN: 978-85-60548-94-1

1. Brasil – História. 2. Biografia – Brasil. I. Título. II. Série.

CDU: 981*19"

CDU:929(81)

AGRADECIMENTOS

Recompor e contar a história de líderes populares que viveram os dias sombrios da ditadura militar exige esforço extra: a memória oral vai se esmaecendo, os registros são parcos, mesmo documentos oficiais de época desapareceram, até às próprias famílias, durante muito tempo, foi conveniente não manter papéis considerados suspeitos.

Diante disso, este retrato de João Sem Terra só poderia ser obra coletiva, tributária da contribuição individual e generosa de familiares do líder camponês, pesquisadores, jornalistas, professores, cineastas e militantes.

Nossos agradecimentos aos filhos de João Sem Terra, que ajudaram a contar a sua história, especialmente João Altair, Maria Catarina, Marizete, Mareci, Claudio Tadeu (*in memoriam*), Marilene e Keila; à cineasta Teresa Noll Trindade, que resgatou narrativas preciosas em seu documentário; aos jornalistas Carlos Wagner e José Mitchell; ao músico Antônio Gringo; aos pesquisadores Córdula Eckert e Bernard Alves; ao fotógrafo Roberto Santos.

E, por fim, a Jair Krischke, militante dos direitos humanos e guardião do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), de Porto Alegre, que franqueou-nos o acesso a imagens e a documentos sobre o líder camponês, permitindo que detalhes menos conhecidos desta história pudessem vir a público.

Marcia Camarano

SUMÁRIO

9 Apresentação à Coleção

13 Prefácio à Coleção

19 Introdução

João, perspicácia e ousadia na construção da resistência

27 João Sem Terra

Paulo Carus e Antonio Gringo

Capítulo I

31 INTOLERÁVEIS INJUSTIÇAS

31 João se apresenta

33 Família, cooperativa, assentamento

39 Nasce o Master

44 O Movimento na política nacional

49 Banhado do Colégio, o começo

51 As lutas das lideranças

Capítulo II

55 TEMPOS SOMBRIOS

55 Troca de governo, começa a repressão

56 Sujeito ordinário, perseguiu muita gente

57 Pressões, sequestros e torturas

58 A despedida e as agruras da família

61 O drama de Wanda

62 A construção do mito

63 Disfarçado de padre até encomendou corpo

66 Passado proibido

68 Busca se estende ao Uruguai

Capítulo III

71 LONGE DE CASA

- 71 De gaúcho a cearense, em Goiás
- 74 Nome novo, família nova, compromisso antigo
- 76 Em prosa e verso
- 78 “Vou voltar”, prometeu e cumpriu
- 80 Reencontro com a família gaúcha

Capítulo IV

85 CIDADANIA RECONQUISTADA

- 85 Anistia e reparação
- 87 A alcunha vem dos perseguidores
- 88 Requerente incômodo
- 89 Jornal denuncia
- 91 Cabeça a prêmio
- 92 Direito conquistado
- 92 Ideais que não morrem
- 93 A morte

95 Referências

101 Siglário

CAMPONESES E O REGIME MILITAR: MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS

Resgatar a memória das lutas camponesas no Brasil entre os anos 1960 e 1980 é contar uma história coletiva forjada a quente em experiências de resistência e manchada pela violência do Estado e do latifúndio. É relatar a saga de homens e mulheres que fizeram da bandeira da Reforma Agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais a chama que alimentou a esperança de dias melhores. É narrar como, em meio a atrocidades e à barbárie perpetradas pelo regime militar, engendraram-se e reergueram-se as organizações, a solidariedade e a coragem para conquistas arrancadas palmo a palmo, pela ação de lideranças, sindicalistas, militantes partidários, mas também de um sem-número de trabalhadores anônimos.

João Sem Terra, veredas de uma luta é o primeiro título da Coleção “Camponeses e o Regime Militar”, que tem como objetivo descrever eventos emblemáticos da repressão no meio rural entre 1962 e 1985.

A Coleção integra um projeto envolvendo pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Social, do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Esta Coleção começou a ser gestada durante a elaboração da obra *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, publicada em 2010 pelo MDA e pela SDH, com edição revista e ampliada lançada em 2011.

Os volumes que compõem a Coleção são, assim, desdobramentos de pesquisa mais vasta sobre as violências sofridas por trabalhadores do campo durante o regime militar. Os títulos envolvem a autoria de pesquisadores acadêmicos (antropólogos, historiadores, sociólogos, entre outros) e não acadêmicos, tais como jornalistas e historiadores locais, bem como narrativas escritas pelos próprios camponeses. Partindo de relatos de trabalhadores e de sindicalistas que sofreram violências, ou de familiares e pessoas que testemunharam o período, as obras aproveitam variadas fontes documentais, impressas e audiovisuais, assim como acervos públicos e privados.

Para além de seu interesse social imediato, esta Coleção insere-se num conjunto de iniciativas envolvendo, de um lado, pesquisadores que buscam resgatar a memória das lutas camponesas no Brasil e da repressão ocorrida no campo e, de outro, políticas do governo federal para apurar crimes cometidos durante a ditadura militar. Na última década, iniciativas tais como o Projeto Direito à

Memória e à Verdade, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP),¹ a Comissão de Anistia, assim como a criação da Comissão da Verdade, visam não apenas lançar luz e revelar novos aspectos dessas memórias subterrâneas do Brasil, mas também promover o reconhecimento e a reparação a perseguidos políticos e a familiares de mortos e desaparecidos. O interesse de amplas parcelas da sociedade em conhecer mais profundamente os fatos ocorridos nesse período obscuro da história do país vem contribuindo para que o silêncio seja, pouco a pouco, rompido, e para que haja uma crescente divulgação dessas memórias na forma de livros, filmes, exposições e debates.

Ao esmiuçar as narrativas dos próprios trabalhadores, a Coleção “Camponeses e o Regime Militar” busca considerar as especificidades de suas trajetórias em distintas regiões do país. Mais do que fornecer contornos de uma construção idealizada em torno do heroísmo individual diante da repressão militar ou da opressão de patrões e proprietários rurais, procura-se evidenciar as estratégias de resistência – e, em alguns casos, de sobrevivência – de que lançaram mão os trabalhadores.

As narrativas evidenciam as complexas imbricações entre as faces da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, ora acionadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, ora cometidas por latifundiários e seus capangas. Como se sabe, a violência privada era exercida com o aval e o estímulo oficiais, aliando grandes proprietários de terra e empresários de ramos diversos ao governo militar. Tais práticas visavam barrar a organização dos trabalhadores. Essa parceria nefasta Estado-latifúndio evidencia a singularidade da repressão e não deixa dúvidas de que

1. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos assumiu o encargo de reconhecer “a responsabilidade do Estado pela morte de opositores ao regime militar em decorrência da ação de seu aparelho repressivo, aprovar a reparação indenizatória e buscar a localização dos restos mortais” (Cassel; Vannuchi, 2010, p. 9). A Comissão publicou, em 2007, seu livro-relatório dentro do Projeto Direito à Memória e à Verdade.

a resistência e a fibra dos camponeses, na luta por terra e por direitos, contribuem diretamente para transformações democráticas do campo e do país.

Pepe Vargas

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Maria do Rosário

*Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da
Presidência da República*

PALAVRAS EM REVEZAMENTO, SENTIDOS COMPARTILHADOS

*“Fui preso e torturado porque lutava, como luto ainda,
pela Reforma Agrária. Por isso, quiseram consumir comigo”*

(Líder sindical Vicente Pompeu da Silva. Ceará, 2011)

Por meio das narrativas que dão vida à Coleção “Camponeses e o Regime Militar”, pesquisadores, estudiosos, personagens públicos, mas principalmente trabalhadores rurais e líderes sindicais, tais como Vicente Pompeu da Silva, citado na epígrafe acima, reconstroem memórias individuais e coletivas (Halbwachs, 1990). Ao descreverem seus percursos, suas vicissitudes e tragédias, esses narradores refletem sobre a própria identidade, recriando sentidos em meio a lembranças de fatos muitas vezes inomináveis. Para quem viveu na carne tamanho sofrimento, resgatar essas lembranças significa simbolicamente atravessar a intimidação e o medo que, com frequência, continuam a assombrar.

Nos relatos, nota-se, não raro, que certos detalhes de violências sofridas ou testemunhadas continuam a ser silenciados. Mesmo quando muitas coisas são reveladas outras tantas continuam a ser caladas. Os estudos empreendidos por Pollak (1989), envolvendo as “memórias subterrâneas” de deportados na Alemanha e na Áustria, fornecem chaves para se compreender as condições de produção desses discursos e as marcas comuns a essas narrativas. Conforme o

autor, o silêncio tem razões bastante complexas, pois, para poder contar seus sofrimentos, uma pessoa precisa, antes de tudo, encontrar uma escuta. Nas lembranças que afloram há, muitas vezes, “zonas de sombra”, “silêncios”, “não ditos”, de modo que as fronteiras entre esses silêncios e os não ditos, em relação ao esquecimento definitivo e ao reprimido inconsciente, não são estanques, mas, ao contrário, estão em perpétuo deslocamento (Pollak, 1989, p. 4, 6).

Certas “zonas de sombra” mais claramente manifestas nos primeiros encontros entre pesquisador e entrevistados podem, em alguns casos, revelar-se em nova configuração num encontro seguinte. Quando o narrador se sente em confiança, pode recontar com mais riqueza de detalhes e com uma desenvoltura até então inexistente aspectos que, antes, só eram verbalizados de forma fragmentária ou hesitante. Não apenas o reiterado contato com o pesquisador pode influenciar nessa mudança de atitude, mas também o conhecimento de narrativas similares – escritas ou gravadas –, feitas por pessoas que passaram por traumas semelhantes. Nesse sentido, ressalta-se a importância dos múltiplos relatos feitos a um mesmo pesquisador e/ou a diferentes pesquisadores, com a possibilidade de um cruzamento entre eles, com a demarcação mais clara das “zonas de sombra”, permitindo que se componha o mosaico de uma história pessoal e coletiva.

Em interações vivenciadas nas pesquisas que embasam esta Coleção, observa-se, frequentemente, que a narração dessas memórias contribui para uma espécie de *resiliência*. Nos estudos em física, a palavra indica a capacidade dos materiais de resistir aos choques. Adotada pela psicologia, *resiliência* significa a capacidade de um indivíduo de sobreviver a um trauma, de resistir às adversidades, de manter ou mesmo de resgatar a sua própria integridade. Autores como Cyrul-

nik (2009) consideram que a reconstrução biográfica pode contribuir com o processo de *resiliência* de uma pessoa. Isso porque o relato não equivale a uma volta ao passado, mas pode representar uma reconciliação com a própria história. Nesse sentido, “todo relato é um projeto de libertação”, pois o modo de narrar a própria história participa da estruturação dos sentimentos que cada um experimenta acerca do vivido (Cyrulnik, 2009, p. 11, 153).

É possível, assim, que uma parte significativa dos depoimentos concedidos no âmbito desta pesquisa tenha contribuído, direta ou indiretamente, para que os interlocutores reelaborassem eventos traumáticos vivenciados no passado e que imprimiram, em maior ou menor medida, sequelas emocionais. A narração e a escuta dessas histórias permite, em determinados contextos, que tais lembranças sejam reelaboradas, ao serem inscritas num conjunto mais vasto de histórias de trabalhadores que viveram violências similares.

Pode-se pensar que o próprio pesquisador, acadêmico ou não, ao escutar esses relatos converte-se numa espécie de testemunha, como sugere Jeanne Marie Gagnebin a propósito das narrativas de sobreviventes de campos de concentração. A autora propõe um alargamento do significado do termo, considerando como “testemunha” não apenas aquele que viu com seus próprios olhos determinado fato, mas contemplando ainda “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (Gagnebin apud Capelato, 2008, p. 504). A escuta dessas histórias, assim como o trabalho de escrita, alça assim o pesquisador (ou a equipe de pesquisadores) à condição de testemunha, propiciando o resgate das memórias vividas, o compartilhamento e o revezamento das palavras.

1. Para Becker, a história de vida compartilha com a autobiografia "sua forma narrativa, seu ponto de vista na primeira pessoa e sua postura abertamente subjetiva" (1993, p. 102).

2. Ver Burnett, Vincent & Mayall (1984), Dreyfus, Pennerier & Viet-Depaule (1996), Malva (1978, 1985), Navel (2004). Burnett, Vincent & Mayall (1984, p. xvii) observam que "todas as autobiografias representam uma espécie de triunfo sobre a adversidade": refletem e estimulam o crescimento da autorreflexão e do autorrespeito entre membros da classe trabalhadora.

3. No contexto brasileiro, ver Gregório Bezerra (1979, 2011), Manoel da Conceição (1980, 2010) e Abdias José dos Santos (1977, 1978, 1980, 1983).

4. Bertaux apud Chevalier, 1979, p. 97-98.

Há que se considerar ainda o próprio significado – simbólico e político – que o ato de “tomar a palavra” para falar de si e de seu mundo carrega para os integrantes das classes trabalhadoras. Uma característica essencial da chamada “história de vida” é, justamente, a possibilidade de apresentar os atores a partir de sua própria perspectiva.¹ Os estudos sobre biografias e autobiografias camponesas e operárias, além das próprias, têm atestado essa importância.² Desde meados do século XX multiplicaram-se as coletas e análises de biografias, autobiografias, relatos e narrativas de trabalhadores, evocando tanto as peculiaridades das trajetórias individuais como a forma pela qual expressam pertencimentos sociais.³

Nesta Coleção, tomam-se as biografias “não como relatos de vida, mas como relatos de práticas”, entendendo que a interpretação deve se concentrar não sobre a vida como objeto único e do qual se procuraria extrair o sentido, mas “sobre as relações sociais e interpessoais” que entornam e penetram cada indivíduo.⁴ Os relatos de vida, para além do caráter de “história pessoal”, descrevem um universo social, revelando uma interação entre o eu e o mundo (Bertaux, 1997, 1999). Essas histórias também evidenciam as especificidades dos sujeitos e dos múltiplos contextos nos quais eles estão inscritos, traduzindo nas falas e nos textos o seu “direito à singularidade” (Verret, 1996). As narrativas apresentadas na Coleção “Camponeses e o Regime Militar” representam, à sua maneira e num determinado momento, fatos que ocorreram a muitos de sua geração. São narrativas singulares, mas também coletivas, que traduzem tragédias pessoais e sociais.

Muitos Joões, Josés, Gregórios, Manoéis, Antônio, Pedros, Vicentes, Rosas, Severinas, Elizabeths, Sebastianas, Margaridas, Josefás, Raimundos, Pios, Geraldos, Amaros e Lyndolphos são protagonistas das lutas travadas no campo.

Alguns, mais ou menos anônimos, construíram-se como sujeitos de uma história coletiva sem que esse crédito lhes fosse conferido. Outros se transformaram em figuras quase míticas, capazes de cumprir um papel simbólico de manter a coesão de grupos, de reconstruir, dia após dia, a utopia. Não se trata de inventar heróis, desprovidos de suas humanidades, nem de estabelecer hierarquias. Mas é verdade que, em determinadas circunstâncias, na espessura sombria que marcou a ditadura militar no Brasil, alguns militantes se sobressaíram pela obstinação e pela resistência. Entretanto, foi a truculência da repressão que os fez renunciar ao que lhes era mais caro – a família, os amigos, a própria identidade – e os fez exilados em seu próprio país.

As condições dessas lutas são adversas. A repressão deflagrada nos anos 1960 e 1970 lançou mão de toda sorte de perseguições, sequestros, prisões, torturas, assassinatos. Muitos militantes pagaram com a vida a defesa de suas convicções. Muitos dos que sobreviveram, com cicatrizes no corpo e marcas na alma, continuam a se mobilizar e a denunciar as injustiças.

Resgatar a memória das lutas dos trabalhadores do campo, reconstruir a singularidade de trajetórias que continuam a inspirar e a impulsionar a construção de uma sociedade mais justa, democrática e fraterna é a proposta desta Coleção, “Camponeses e o Regime Militar”.

MARTA CIOCCARI⁷ e DJANE DELLA TORRE⁸

5. Jornalista e antropóloga, coordenadora da Coleção.

6. Jornalista, editora da Coleção.

JOÃO, PERSPICÁCIA E OUSADIA NA CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA

Este primeiro livro da Coleção “Camponeses e o Regime Militar” busca recompor a trajetória de João Machado dos Santos, o João Sem Terra, nascido em 6 de maio de 1925 e falecido em 20 de outubro de 2010. Por muitos anos, sua história de luta e resistência, sua coragem na organização de trabalhadores e também seu desaparecimento foram contados pelos colonos a seus filhos, nos dias de chuva e nas noites frias, sob as barracas de plástico preto dos acampamentos de sem-terras no Rio Grande do Sul, já nos anos 1980. Por longo tempo, essas narrativas embalsamaram a expectativa de dias melhores e foram tecendo, pouco a pouco, um mito.

Depois do primeiro livro escrito pelo jornalista Carlos Wagner, *A saga do João Sem Terra*, em 1989, e do lançamento, em 2010, do filme dirigido por Teresa Noll Trindade, *João Sem Terra*, este trabalho, de autoria da jornalista Marcia Camarano, revisita a biografia desse líder camponês, fornecendo novos detalhes de uma história emblemática em torno de uma luta que compreende muitas outras: a Reforma Agrária. Esta nova publicação é tributária de cada uma das investigações anteriores na reconstrução dos seus itinerários,

1. Liderada pelo então governador gaúcho Leonel Brizola, a Campanha da Legalidade foi uma mobilização popular e democrática ocorrida após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. O movimento defendia a ordem legal, num momento em que forças contrárias às reformas sociais e aos interesses nacionais se articulavam. Esses setores foram derrotados, mas se reorganizaram, dando origem ao golpe militar de março de 1964.

a partir de relatos de familiares, aproveitando fragmentos de histórias, depoimentos de antigos companheiros e consulta a acervos e aos poucos documentos disponíveis.

Gaúcho, filho de um médio agricultor, João desde muito cedo desenvolveu um profundo sentimento de justiça. Não aceitava a exploração, fosse de trabalhadores do campo, fosse de garimpeiros. Semialfabetizado, ainda nos anos 1950 peregrinou por municípios do interior do estado mobilizando colonos sem terra ou com pouca terra, organizando cooperativas e desenhando uma luta política. Chegou a comprar uma fazenda de 400 hectares, onde por conta própria assentou 33 famílias de colonos.

Já reconhecido por sua militância, o líder camponês ingressou no Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e passou a integrar sua cúpula em 1962. Naquele período o Brasil era governado por João Goulart (1961-1964), com apoio dos movimentos populares, entre eles o Master e as Ligas Camponesas, de estudantes – União Nacional dos Estudantes (UNE) –, de sindicatos e de setores progressistas da sociedade. Na oposição estavam grandes proprietários, empresários e parcelas das classes médias, que viam nas Reformas de Base a negação de seus interesses. Várias manobras tentaram impedir a posse de Jango, sob o argumento de suposto risco de instalação do comunismo no país. A chamada Campanha pela Legalidade a garantiu.¹

O cunhado de Jango, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul (1959-1963), pressionado pelos movimentos e partidos mais à esquerda e ao centro, criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra). É o Igra, organismo encarregado dos atos desapropriatórios, que dá curso ao primeiro assentamento de trabalhadores rurais sem-terra do estado, em uma localidade chamada Banhado do Colégio, perto do município de Camaquã, na zona sul do Rio

Grande do Sul. Na primeira fase foram contempladas 244 famílias de sem-terra que trabalhavam na região, com lotes de 20 a 25 hectares cada. Ao todo foram destinados 5 mil hectares ao assentamento. A reação contrária de fazendeiros, proprietários e setores conservadores muito ciosos do direito à propriedade e temendo perder outras vantagens, não se fez esperar. Ela se manifestava tanto na Justiça quanto via instituições do Estado, como as Polícias Civil e Militar (Brigada Militar). Em 1963 os movimentos sociais avançavam e a repressão seguia na mesma proporção. Eram então 12 acampamentos sem-terra no Estado.

Ousado e destemido, falando a língua dos trabalhadores, João Sem Terra furava bloqueios, entrava nos acampamentos, articulava, organizava a resistência. Defendia a Reforma Agrária Radical, o fim do latifúndio, a função social da terra, a distribuição de áreas devolutas, a desapropriação de áreas improdutivas. Chamado de comunista – o que negou ser até o fim –, foi perseguido, sequestrado, preso e torturado várias vezes.

Sempre havia policiais no seu encalço. Anos depois, João Sem Terra relatou seus estratagemas, manhas e artimanhas para enganá-los, seja fingindo-se de bêbado, disfarçado de mendigo, vestido de padre ou de freira. Histórias saborosas que revelam a esperteza, a criatividade, a inteligência, tão peculiares aos trabalhadores que sabem o custo da própria sobrevivência. Narrou, ainda, como a repressão pode ser cruel – ele chora ao contar sobre o assassinato de cinco mulheres e seus filhos, ainda bebês. Em alguns momentos, quando afirma jamais ter tido medo, apesar das muitas ameaças de morte que sofreu, faz-nos lembrar que essa atitude de desafio, mais do que de bravata, é tecida pela coragem típica de uma geração de líderes que fez avançar no país as conquistas relativas à Reforma Agrária e aos direitos trabalhistas no campo.

A situação do líder camponês é praticamente insustentável quando, em dezembro de 1963, viaja ao Rio de Janeiro para a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), já sabendo que não pode voltar, pois está sendo procurado por “atividades subversivas”. Antes mesmo do golpe militar, muitos líderes são presos e desaparecem. João Sem Terra despede-se da mulher e dos sete filhos e cai no mundo. Sem condições de usar o próprio nome, trata de desaparecer, sem deixar vestígios, como fizeram tantos outros perseguidos políticos. Fez isso tão bem que durante mais de 25 anos ninguém soube nada dele. A família foi intimidada, pressionada, interrogada, perseguida.

TEMPOS DIFÍCEIS

Esse sumiço alimentou toda sorte de conjecturas: se estava vivo, morto, se havia se engajado na luta armada. Os anos de intensa militância pela Reforma Agrária, combinadas com a ausência de informações e as consequentes especulações sobre o que teria ocorrido foram dando corpo a uma espécie de mito. Seus contemporâneos sabiam que ele existira, mas as novas gerações só tinham versões dos fatos, e a história era contada de acordo com a imaginação de cada um. Tanto que dessa memória coletiva nasceu a música *João Sem Terra*, cantada nos acampamentos, nas marchas, nas atividades pela Reforma Agrária.

Em meados dos anos 1980 os filhos mais velhos de João Sem Terra, com esperanças de encontrar o pai vivo, buscaram ajuda no Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), em Porto Alegre. Disseram que havia a possibilidade de o pai ter acompanhado Brizola no exílio no Uruguai. Depois de muita investigação se soube que lá não estava nem estivera. Eles o procuraram nos assentamentos,

nas marchas, nos atos populares – e nada. O MJDH contactou o jornalista Carlos Wagner, que fez a primeira reportagem sobre o assunto, em 1987, com o título “Por onde andará João Sem Terra?”. Outras se seguiram, e em 1989 sai o livro *A saga de João Sem Terra*.

É a partir desse livro que João Sem Terra retorna ao mundo dos vivos e conta como foi seu desaparecimento e a experiência de desterro no próprio país: seguiu do Rio de Janeiro para Goiás, onde mudou de nome (passou a ser Moisés Manoel da Silva, cearense), participou da revolta de posseiros em Trombas e Formoso, e continuou organizando trabalhadores, tanto sem-terra como garimpeiros. Foi igualmente perseguido. Tempos de intimidação e pressões de toda a natureza. Nunca deixou a militância política e sindical, ingressou e foi dirigente da CUT e do PT e continuou na defesa dos mais fracos. Constituiu nova família e teve mais quatro filhos.

Somente na década de 1990 é que retoma sua real identidade. Ele mesmo conta que não acreditava na chamada Anistia concedida durante o governo do presidente João Baptista Figueiredo (1979-1984). Volta ao Rio Grande do Sul para estar com seus filhos do primeiro casamento, os quais teve de abandonar 25 anos antes. E, na medida do possível, tenta refazer essas relações.

A CONDUÇÃO DA PESQUISA

A jornalista Marcia Camarano fez entrevistas, escutou depoimentos gravados, debruçou-se sobre dossiês e investigou acervos, baseando-se ainda em produções acadêmicas, jornalísticas e audiovisuais existentes – tais como a obra do jornalista Carlos Wagner, *A saga do João Sem Terra*, e o filme dirigido por Teresa Noll Trindade, *João Sem Terra*.

Nos últimos anos de sua vida, João Sem Terra concedeu longas entrevistas a Teresa Noll Trindade, parte delas exibidas no filme *João Sem Terra*. Os depoimentos do próprio líder camponês e de seus familiares foram fundamentais para a reconstrução da sua trajetória neste livro. Além disso, Marcia ouviu relatos de quatro filhos de João Sem Terra: João Altair, Maria Catarina, Marizete e Mareci. Em cada relato, um pedacinho da história do líder camponês se desvela, como o episódio da experiência da minirreforma agrária empreendida pelo líder camponês no assentamento de Mato das Flores, em São Francisco de Paula (RS). Descubrem-se nessas narrativas as lembranças que os filhos guardaram do pai e o que representou para cada um deles, em particular, o seu desaparecimento.

O trabalho da jornalista também traz novas luzes para os episódios envolvendo a procura de João por dois dos filhos e sobre a construção do mito cantado em prosa e verso nos acampamentos de sem-terra, com os depoimentos do advogado Jair Krischke, militante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (MJDH), e do músico Antônio Gringo, que fez a música em homenagem a João. Krischke franqueou a Marcia documentos sobre o líder camponês reunidos num acervo do MJDH. A jornalista teve acesso ainda a um dossiê sobre João Sem Terra, reunido pela Comissão Nacional de Anistia, do Ministério da Justiça.

Para a contextualização das lutas travadas por João Sem Terra, na compreensão das políticas agrárias adotadas no Rio Grande do Sul, e do papel do Master naquele período, foram fundamentais as pesquisas conduzidas por Córdula Eckert (1984, 2009) e por Bernard Alves (2009, 2009a, 2011), entre outros trabalhos consultados.

Marcia Camarano encontrou João Altair, pela primeira vez, em 27 de janeiro de 2012, numa homenagem ao pai

dele, João Sem Terra, durante lançamento do livro *Retrato da repressão política no campo* (Carneiro; Cioccarri, 2010), nas atividades do Fórum Social Temático, em Porto Alegre, que contou com representantes do MDA e com a presença da ministra da SDH, Maria do Rosário, entre outros convidados.

Na ocasião, João Altair, sexto filho de João Machado dos Santos com a professora Wanda, deu um depoimento que emocionou a mesa e a plateia, ao contar sobre sua infância e o desaparecimento do pai:

Eu tinha apenas quatro anos de idade quando meu pai teve que fugir. Por causa da repressão, era proibido de falar que era filho do João Sem Terra, mas eu não entendia bem o porquê. [...] Pior do que passar necessidades era ouvir falar mal do meu pai e não poder fazer nada. A dor emocional é uma ferida que não passa. [...] Quando cresci, comecei a pesquisar o assunto e tinha muita vontade de conhecer meu pai, de saber se estava vivo ou não, de encontrá-lo de alguma forma. Foi muito emocionante quando descobrimos que ele estava vivo e hoje posso falar com orgulho do trabalho que ele procurou fazer. Se nós sofremos, imagino que ele deve ter sofrido muito mais por ter que abandonar a família. [...]

Posteriormente, a jornalista esteve na casa de João Altair, na cidade de Novo Hamburgo (RS), onde ele mora com a esposa, Carmen Lúcia, e os filhos Davi, de 21 anos, e João Paulo, de 11 anos, e ali pôde escutar muitas outras histórias.

LIÇÕES DE UMA VIDA

João Sem Terra, em depoimento a Teresa Noll Trindade, já com mais de 80 anos, apontava que a questão agrária, pela qual havia se debatido toda a sua vida, é estrutural e histórica. “Comecei [a perceber as injustiças quando] tinha

2. Jornalista e antropóloga,
coordenadora da Coleção.

3. Jornalista, editora da
Coleção.

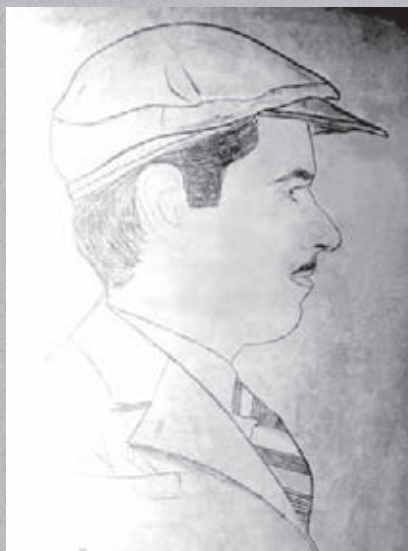
uns oito anos e até hoje não saiu Reforma Agrária ainda, e a gente tem lutado por isso”, disse. Firme, ele reiterava suas posições pelo uso social da terra: “O camarada pode ter aquilo que produz. Mais do que produz não pode ter, pronto. Sejam 500 hectares ou mil, dois mil, desde que produza aquilo tudo”. O líder camponês nunca se cansou de se mobilizar e de denunciar as injustiças. Não mediu sacrifícios pessoais em nome do coletivo. Deixou nas histórias aqui narradas e no conjunto de uma vida lições essenciais de solidariedade e de esperança. João é daquela cepa de gente que só pode ser chamada de imprescindível.

MARTA CIOCCARI² e DJANE DELLA TORRE³

JOÃO SEM TERRA¹

Autores: Paulo Carus e Antonio Gringo²

*João Sem Terra, teu tempo chegou
Reclama dos homens
Da terra que um dia teu Deus entregou
Levanta a tua enxada
Faz dela a bandeira da tua redenção
Do som do arado que abre
As entranhas da terra
Faz hino de guerra
De pão, de esperança
Que mude essa história
Antiga, contada
Nas noites de chuva
Em ranchos tão pobres
Daqueles que lutam por vida melhor*



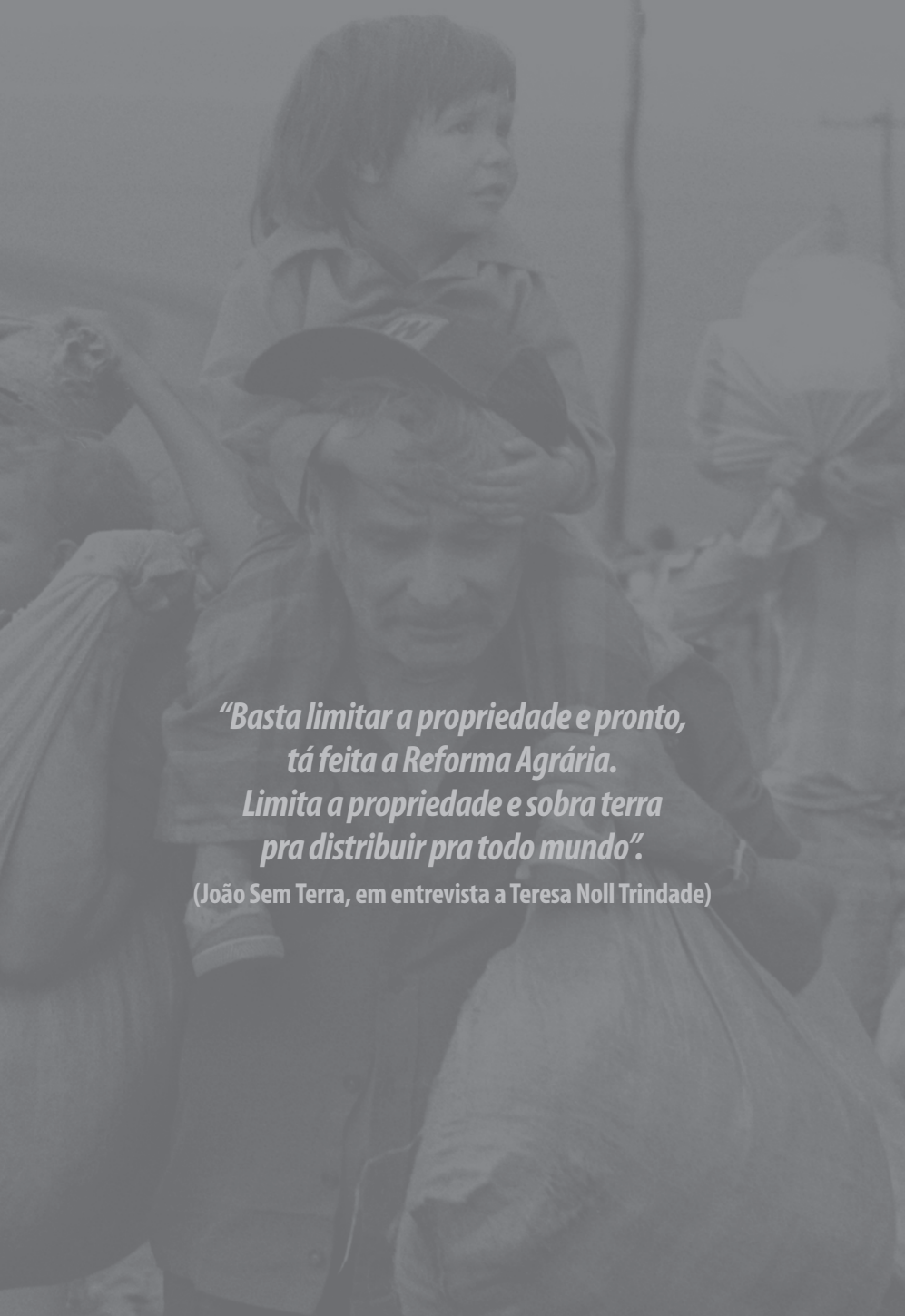
*João Sem Terra
Evoca o passado
Retorna no tempo
E prega a igualdade
Entre os teus irmãos
Levanta a tua enxada
Faz dela a bandeira
Da tua redenção*

*Ai hão de ouvir
O teu grito de paz
E não andarás
Qual cusco³, sem dono
Perdido nas terras
Do imenso Rio Grande
Perdido nas terras
Do imenso Brasil.*

1. Milonga (estilo de música dolente apreciado no Rio Grande do Sul, na Argentina e no Uruguai) composta em homenagem ao líder camponês.

2. Os autores de João Sem Terra são Paulo Carus (letra), brizolista de Santa Maria (RS), e Antonio Dellageris, o Antônio Gringo (música), pequeno agricultor, autodidata, que não pertencia ao movimento sem-terra de forma organizada, mas dava seu apoio por meio da arte.

3. Cão pequeno e sem raça definida. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2009.



***“Basta limitar a propriedade e pronto,
tá feita a Reforma Agrária.
Limita a propriedade e sobra terra
pra distribuir pra todo mundo”.***

(João Sem Terra, em entrevista a Teresa Noll Trindade)



Estrada longa e larga: acampados em marcha na Fazenda Annoni, nos municípios de Pontão e Sarandi, no norte do RS, em outubro de 1986.

(Roberto Santos)



Força e delicadeza: pais e filhos na Fazenda Annoni, em outubro de 1986.

(Roberto Santos)

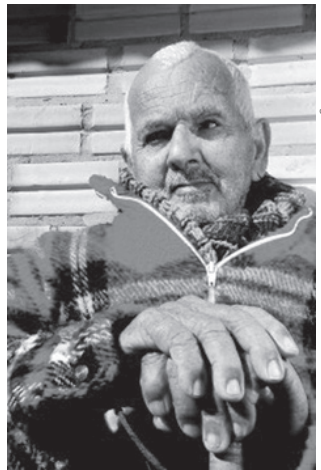
CAPÍTULO I

INTOLERÁVEIS INJUSTIÇAS

JOÃO SE APRESENTA

Nascido João Machado dos Santos, em 6 de maio de 1925, em Santo Antônio da Patrulha, no Rio Grande do Sul, o homem que ficou conhecido como João Sem Terra era filho de Maria Albertina dos Santos e Pedro Machado dos Santos, um médio produtor rural, falecido na década de 1950. É no final dessa mesma década que sua história começa a ser contada. Que ele mesmo se apresente:

João Sem Terra era por causa do movimento sem-terra. Eu liderava e assumia a coisa para valer, não deixava o negócio no meio do caminho. Ou atava ou desatava, mas em cima daquilo que eu achava que era justo. Acharam que iam me desmoralizar [chamando-o assim], mas eu achei bom. Comecei [a perceber as injustiças quando] tinha uns oito anos e até hoje não saiu Reforma Agrária ainda, e a gente tem lutado por isso.¹



Adriana Franciosi/ Agência RBS

1. Depoimento para o documentário *João Sem Terra*, dirigido por Teresa Noll Trindade. Daqui por diante, nas referências ao filme, usar-se-á apenas João Sem Terra, 2010.

2. João Sem Terra, 2010.

3. João Sem Terra, 2010.

4. João Sem Terra, 2010.

O pai se opunha, pois temia que as ideias do filho o fizessem perder sua propriedade. “Meu pai não gostava, às vezes me surrava, era um médio fazendeiro, achava que eu ia fazer ele perder as terras dele pra dar pros outros”. João reagia desta maneira: “Pai, cada surra que o senhor me dá me abre a cabeça mais ainda, eu fico mais experiente”.² O movimento no qual João se engajaria surgiu nos idos de 1960, 1961.

*Eu já andava envolvido com colonos, que vinham em casa me procurar pra achar um lugarzinho pra eles trabalhar. Eles trabalhavam à meia com os fazendeiros. Tiravam deles mais um pouco e não sobrava nada da meia deles. Quando foi criado o movimento sem-terra, o Brizola [Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, eleito em 1958] me chamou.*³

Assim se define em parte o engajamento político e partidário do ativista que não fazia questão de esclarecer esse ponto da sua história.

Firme na defesa do que achava justo, dizia a todos que quisessem ouvir que “o camarada pode ter aquilo que produz. Mais do que produz não pode ter, pronto. Sejam 500 hectares ou mil, dois mil, desde que produza aquilo tudo”. Semialfabetizado e autodidata, até aquele momento João não sabia bem o que defendia até receber informações de lutas pela terra em outros lugares do mundo. “Num belo dia fiquei sabendo que lá num país, não sei onde, tinham feito Reforma Agrária. Não sei se no Uruguai ou Paraguai... Daí eu vi que o que a gente queria era Reforma Agrária”.⁴

O problema é que nem todos gostavam de ouvir o que João tinha a dizer, especialmente as oligarquias e os setores conservadores da sociedade. E por suas ideias e atividades – organizar e defender colonos, sem-terra, garimpeiros e até comprar um pedaço de terra e assentar famílias – passou a ser perseguido. Seus primeiros anos de luta, em fins da dé-

cada de 1950 e início de 1960, foram marcados por prisões, sequestros, torturas e fugas. A última delas, em janeiro de 1964, quando cai na clandestinidade e é dado como desaparecido pelos familiares e companheiros. Durante mais de 25 anos ninguém vai ouvir falar dele.

Em 1963, conta o jornalista gaúcho Carlos Wagner em seu livro *A saga de João Sem Terra*, ele havia sido sequestrado, torturado e solto várias vezes por agentes do extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops). A acusação era de estar “traficando armas para os 12 acampamentos de agricultores sem-terra que existiam na época” no Rio Grande do Sul, fato que nunca se confirmou.

Oficialmente, segundo Wagner, as provas das passagens do líder camponês pelo Dops desapareceram quando, em 1981, os fichários foram queimados e aquele departamento extinto pelo governo da época, encabeçado por José Augusto Amaral de Souza, da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Até hoje pairam dúvidas sobre se esta queima de fato ocorreu. A filha mais velha de João, Maria Catarina, revela que chegou a guardar alguns documentos – entre eles 36 contratos de parcerias agrícolas –, mas, temendo novas perseguições, posteriormente os queimou.⁵

FAMÍLIA, COOPERATIVA, ASSENTAMENTO

Acontece que o João das lutas pela terra era também pai de família – teve três mulheres e pelo menos doze filhos. Duas esposas eram do Rio Grande do Sul, outra de Goiás. Em 1950, casou com uma professora da área rural de nome Wandelina Maria Cardoso, a Wanda. Com ela teve oito filhos. Naquele começo de vida era conhecido por Machadinho – assim chamado até por Wanda, que passou a usar o sobrenome do marido –, dono de um bolicho (armazém).

5. Entrevista de Maria Catarina a este projeto, em abril de 2012.

A primeira mudança de nome, de Machadinho para João Sem Terra, acontece em 1954, quando ele, de fato, começa suas atividades políticas. De pacato não tinha nada. Em verdade, sua história revela um homem corajoso, comprometido com a luta política, pelo direito à terra e contra a injustiça. É o que mostram as constantes mudanças dentro do Rio Grande do Sul desde o começo de sua vida adulta: em 1949, antes de se casar, é proprietário de um armazém em Santo Antônio da Patrulha. Em 1952 se muda com a já iniciada família para São Francisco de Paula, onde compra terras e se dedica à agricultura.

Um ano mais tarde, em 1953, vai para Encruzilhada do Sul, onde conhece o então prefeito Milton Serres Rodrigues, um dos expoentes do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que irá introduzi-lo na política. Já em 1954 muda-se para Rolante, onde adquire terras e um caminhão. Em 1960 funda a Cooperativa dos Pequenos Agricultores em Rio da Ilha, município de Taquara. Em 1962 está entre as lideranças e na cúpula do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master).

Em 21 de abril de 1963, funda a Associação dos Agricultores Sem Terra de Rolante (Astro). Nesse período, seu último paradeiro conhecido, ainda em 1963, é São Jerônimo, para onde vai após ter sido sequestrado pela Brigada Militar (a Polícia Militar gaúcha) no acampamento sem-terra de Passo Feio, em Nonoai.

Wanda não compartilhava das ideias nem concordava com as atividades de João. Em entrevista a Wagner, contou: “Poucos dias depois do casamento vi que tinha vindo morar com um homem que adorava se meter em política”. Mais tarde, o fato de não ser engajada politicamente vai livrá-la – e aos filhos – da perseguição da polícia.

Os filhos mais velhos lembram-se das atividades do pai. Pela pouca convivência, as lembranças misturam-se ao

que lhes foi contado. João Altair, então com menos de cinco anos, lamenta: “Tenho poucas lembranças”.⁶ Já Cláudio Tadeu, o mais velho, falecido em dezembro de 2010, tinha muitas recordações dos problemas que enfrentaram:

*Meu pai era agricultor. Com o tempo, ele foi notando que os produtores vendiam os produtos muito baratos no comércio, [o que era] insuficiente pra viver. Falou com o pessoal e aí montaram tipo uma cooperativa local. Foi um trabalho muito bonito. Montaram uma comissão para vender em Porto Alegre os produtos. Quando voltavam do comércio distribuíam a renda. Tinham inimizades com o pessoal do comércio, dava conflitos. Às vezes, dava problema com a polícia.*⁷

Essa cooperativa de produtores rurais foi criada quando João produzia tomates em Areia, um distrito de Rolante, e com ele trabalhavam muitos peões. A filha Maria Catarina, que pela primeira vez aceitou falar sobre esse tema a jornalistas ou pesquisadores, fornece detalhes daquele cotidiano:

*Era uma plantação enorme de tomates e uma área muito grande de hortaliças. Meu pai gostava de fazer concurso do maior repolho, maior tomate... Ele dizia ser profundo conhecedor do segredo japonês de plantação de tomate... Levava os tomates para Porto Alegre e voltava em 24 horas com tudo vendido. Era uma pessoa muito dinâmica.*⁸

A atmosfera em que vivia a família nessa época está condensada na memória de outra filha de João, Mareci: “Meu pai falava nos alto-falantes e a polícia ia na minha casa, era aquele fuzuê”.⁹

Ousado, João Sem Terra comprou um pedaço de terra e tratou de pôr em prática as ideias que defendia. “Eu comprei uma terra em São Francisco de Paula e botei lá 33 [famílias de]

6. Entrevista de João Altair a este projeto, em abril de 2012.

7. João Sem Terra, 2010.

8. Entrevista de Maria Catarina a este projeto, em abril de 2012.

9. Entrevista de Mareci a este projeto, em abril de 2012.

10. João Sem Terra, 2010.

11. Entrevista a este projeto.

12. Entrevista de Marizete a este projeto, em abril 2012.

colonos”, contou no documentário que leva seu nome.¹⁰ Ele se refere à Fazenda Mato das Flores, de 400 hectares. Essa experiência de Reforma Agrária não durou muito. Os interesses contrariados logo se fizeram sentir com as pressões sobre o líder camponês e o assentamento: a terra passou a ser disputada por outro suposto comprador, que, com a ajuda da Brigada Militar, tentou remover à força as famílias do local. As ações de repressão e intimidação praticadas por jagunços e forças policiais chegaram até o incêndio criminoso das casas dos trabalhadores.

Depoimentos de duas filhas de João Sem Terra, Maria Catarina e Marizete, e do filho João Altair permitem entender um pouco mais os episódios vividos nessa época. Catarina conta, em entrevista, que guardou contratos de dezenas de parcerias agrícolas daquele assentamento que estavam com seu pai. Depois, apavorada com as perseguições que vinham ocorrendo e temendo represálias, tomou a decisão que lhe parecia a mais sensata: “Botei fogo em todas as coisas e documentos de meu pai. Queimei até os documentos de Mato das Flores”.¹¹ Marizete dá seu testemunho: “As pessoas pediam terra, o pai carregava o pessoal e levava pra lá. Eram muitas crianças, famílias com crianças...”. Ela ressalta a capacidade de resistência do pai:

Tinha uma luta armada, queriam que a gente saísse de lá, queriam nos tirar à força. Mas a gente tinha direito de ficar, meu pai tinha comprado as terras. Não me lembro das pessoas, dos nomes. Lembro do meu pai chegando em casa, com uma facada no braço. Outro dia, chegando com todas as roupas rasgadas... Muita violência. Meu pai enfrentava qualquer coisa. Quando chegou machucado, corri pra ele assustada, mas ele disse que era brincadeira, pra não nos assustar.¹²

Maria Catarina conta como João conseguiu comprar a área:

*Mato das Flores foi uma loucura dele. Ele descobriu a área, que estava à venda a preço de banana. Mas aí ele já era perseguido, já tinha os opositores dele. O governador Meneghetti [Ildo] botou um genro dele pra correr na frente e fazer a escritura das terras do meu pai. Ele se arriscava sozinho. No Mato das Flores foi pego de jeito e destruíram tudo.*¹³

13. Entrevista a este projeto.

14. Entrevista a este projeto.

15. Wagner, 1989, p. 19.

João Altair relata que “quando os colonos estavam assentados lá, os adversários políticos botaram fogo nas casinhas, e terminou desta forma a minirreforma agrária”. Na época, esclarece Marizete, “nós soubemos das casas incendiadas pelo pai, pois morávamos em Areia, distrito de Rolante”.¹⁴

Segundo Wagner (1989), na época um fazendeiro chamado João Kieffer reivindicou a posse da área, alegando que a tinha comprado. Este teria recebido o apoio da Brigada Militar para expulsar João Sem Terra e as 33 famílias de colonos do local. Em depoimento ao jornalista, concedido nos anos 1980, Claudio Tadeu, o filho mais velho de João Sem Terra, contou que “durante o dia brigadianos fardados escorraçavam os agricultores, e à noite, à paisana, colocavam fogo em suas casas e plantações”. Kieffer, ouvido por Wagner, foi taxativo: “A terra era minha e ele tinha invadido”. Por sua vez, Claudio Tadeu sustentou – da mesma forma como seus irmãos, nos depoimentos concedidos recentemente – que o pai havia comprado a propriedade: “Não temos culpa se ela foi vendida a duas pessoas”.¹⁵

Nem mesmo após João deixar o estado houve trégua. “Uma vez que pessoas chegaram na minha casa, o pai já tinha sumido, e disseram que se minha mãe assinasse um documento liberando as terras paravam as perseguições contra ela e os filhos”, revela Marizete.

Em meados da década de 1950, João Sem Terra aproximou-se de lideranças do PTB que defendiam mudanças

16. João Sem Terra, 2010.

17. Entrevista a este projeto.

estruturais na sociedade, entre elas a Reforma Agrária. Segundo João Altair, o pai era “brizolista doente, até embaixo d’água”. E “defendia o Brizola, acreditava no ideal, na política dele”.¹⁶ A devoção de João Sem Terra ao PTB é uma herança de seu pai, Pedro.

Em 1958, João encantou-se com a campanha de Leonel Brizola para o governo do estado, e daí para o engajamento político foi rápido. As relações eram bastante próximas. “O Leonel Brizola foi almoçar na minha casa. Quando ele saiu, minha mãe estava brava porque achava que ele botava ideias na cabeça do meu pai”, conta Marizete.¹⁷ Os discursos em palanques davam destaque à defesa da Reforma Agrária em um período em que mais da metade dos habitantes do Rio Grande do Sul viviam na zona rural.

Em entrevista para o documentário dirigido por Teresa Noll Trindade, a pesquisadora Córdula Eckert afirma que não era tanto o governador Brizola o protagonista do processo das mudanças agrárias, mas os anônimos lutadores que se enfileiravam em partidos progressistas da época, como o próprio PTB e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual Brizola preferia manter distância.

De acordo com Eckert (2009), as primeiras ações de mobilização de agricultores no Rio Grande do Sul tiveram a iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), visando à organização de sindicatos de trabalhadores rurais. Os primeiros sindicatos foram criados em meados dos anos 1950, nos municípios de Pelotas, Jaguarão e São Gabriel, mas sem o reconhecimento legal. O dirigente comunista Ari Saldanha, em entrevista à pesquisadora, contou que a criação das Ligas Camponesas no Nordeste, no final da década de 1950, havia feito com que esses núcleos organizados pelo PCB passassem a ser chamados de Ligas. Os registros disponíveis apontam, assim, para a existência de um trabalho

de mobilização dos trabalhadores do campo no estado, nos anos 1950, que contribuiu, direta ou indiretamente, para a emergência do Master.¹⁸

18. Eckert, 2009, p. 72.

NASCE O MASTER

Os anos de 1962 e 1963 foram os que mais marcaram a história gaúcha na luta pela Reforma Agrária (Eckert, 1984, 2009). O estudo conduzido por Eckert apontou que o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) passou por três fases distintas. Na primeira, até 1962, a entidade contou com o apoio do governador Leonel Brizola. O PTB e o PCB foram, na prática, os propulsores do Movimento, que, em 1963, contava com representação em 80 municípios gaúchos. O mês de janeiro de 1962 marcou uma expansão considerável das atividades junto aos trabalhadores do campo, com a instalação de diversos acampamentos de sem-terra como forma de pressionar por desapropriações e assentamentos. Nesse período, os ativistas começaram a participar de encontros nacionais de sem-terra.

Entre 1960 e 1964, o Master mobilizou mais de 100 mil agricultores organizados em Associações de Agricultores Sem Terra, “destacando-se pela formação de acampamentos junto às áreas que pretendiam fossem desapropriadas pelo governo estadual” (Eckert, 2009, p. 71). Essa mobilização forjou uma forte campanha pela Reforma Agrária. A maior adesão ocorria principalmente entre os trabalhadores chamados “pelo duro” – designação usada para se referir aos camponeses que não descendiam de imigrantes alemães ou italianos. Os agricultores sem-terra reunidos pelo Master eram, em geral, assalariados permanentes e temporários, posseiros, parceiros, arrendatários, agregados e pequenos

19. Eckert, 2009, p. 74.

20. Desapropriada em 13 de janeiro de 1962.

21. Área desapropriada em 30 de janeiro de 1962.

22. João Sem Terra, 2010.

proprietários.¹⁹ O Movimento viveu sua última fase em 1964, com a deflagração do golpe militar, quando se intensificou a ação das forças de repressão sobre seus líderes.

As principais vitórias atribuídas ao Master – que, além da participação direta dos trabalhadores do campo, contava com o apoio do movimento sindical urbano e de estudantes – são a organização do assentamento da Fazenda Sarandi,²⁰ em Sarandi, no norte do Rio Grande do Sul, e a do Banhado do Colégio²¹, em Camaquã, no sul do estado. Eckert destaca a importância e a capacidade de mobilização da organização, que, mesmo tendo o apoio do governo Brizola, rompeu com a ordem política estabelecida e afrontou os setores dominantes:

*Milhares e milhares de pessoas se mobilizaram, apanharam, se sujeitaram a confrontos policiais. Queriam a revolução? Talvez não. Mas queriam acesso à terra porque tinham prometido isto pra elas. O Master é importante por colocar no cenário político o movimento dos sem-terra.*²²

Na gestão Leonel Brizola (1959-1963), como mencionado, o Master mantinha uma relação positiva com o governo. Contudo, com a ascensão de Ildo Meneghetti (1963-1966) – representante das oligarquias e dos demais setores conservadores – ao cargo de primeiro mandatário do estado, além de não se avançar com o processo de Reforma Agrária, as relações entre governo e Movimento ficaram mais tensas, especialmente após a ditadura militar que se instalou no país a partir de 31 de março de 1964. As lideranças do Master e de outros movimentos populares passaram a ser perseguidas e caíram na clandestinidade. O Movimento foi, por fim, desarticulado naquele mesmo ano. Somente com o processo de abertura política, que tem como um de seus marcos a revogação do Ato Institucional nº 5, em 1979, os

movimentos de pequenos agricultores sem-terra vieram a ganhar novo alento. A semente voltaria a germinar entre 1979 – momento em que a ditadura militar começava a enfraquecer – e 1984, quando foi oficialmente criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para o advogado Eliseu Torres, delegado da Superintendência da Reforma Agrária (Supra)²³ no Rio Grande do Sul nos anos 1960, o Master era “um movimento de conotação mais política do que propriamente ativista”. A seu ver, a organização articulava e mobilizava os sem-terra, despertando para a necessidade da Reforma Agrária. “Acho que era uma experiência piloto, porque não tinha conhecimento desta luta em outros estados”.²⁴

Desse período, Claudio Tadeu guardou na memória recordações das andanças do pai, João Sem Terra: “Eu era criança, ele me levava pra tudo que é lugar. Chamaram pra fazer parte do Master. Meu pai ficou orgulhoso porque era brizolista. Ele foi a fundo aos acampamentos ajudar a organizar”.²⁵

Um agitador de massas e articulador. É justamente assim que Jair Krischke, militante à frente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) de Porto Alegre, descreve João:

*Ele era o cara que agitava, que andava pelos acampamentos, que furava bloqueios, entrava e articulava. Era alguém do interior, que tinha propriedade, que sabia plantar, que falava com os sem-terra de igual para igual e que também circulava fortemente junto às lideranças políticas.*²⁶

Nas entrevistas e depoimentos que concedeu nos anos mais recentes, João Sem Terra não contou como se dava a organização, ou quem eram as lideranças, apenas o *modus*

23. Supra, órgão federal criado no governo João Goulart (1961-1964).

24. João Sem Terra, 2010.

25. João Sem Terra, 2010.

26. Entrevista de Jair Krischke a este projeto, em outubro de 2011.



Inocência e proteção: jogo de esconde na porta do barraco de plástico preto na Fazenda Annoni, em outubro de 1986.

(Roberto Santos)



Espantando a fome: crianças e adultos se alimentam na Fazenda Annoni, em outubro de 1986.

(Roberto Santos)

operandi do movimento: “A gente se reunia, marcava: tal dia vamos fazer [reuniões para ocupações] e anunciava. Cada dia num certo ponto: no Barro Vermelho, no Morro Alto... Era reunião [convocada] de boca a boca”.²⁷

Outra liderança importante do Master era Ari Saldanha, pequeno agricultor de Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai. Autodidata, de pouco estudo, mas grande firmeza ideológica, ele se transformou em liderança do Movimento e dirigente do PCB. Era ele quem embalava o Master do ponto de vista político, e foi quem, em 1962, atraiu João para a cúpula da organização. Falecido na década de 1980, Ari Saldanha morreu como viveu: organizando trabalhadores, do campo ou da cidade.

Segundo Torres, delegado da Supra na época, João e Saldanha “eram ativistas políticos em pé de igualdade, acampando nos acampamentos. Eles não frequentavam palácios, eram homens do campo, da terra, com as mãos calejadas”. Saldanha, em depoimento a Wagner (1989), descreveu o parceiro João como “agricultor esclarecido politicamente, homem que agia junto ao campesinato. Não era um reformista, era um lutador aberto por mudanças profundas na estrutura agrária do país”.²⁸ O comunista testemunhava a disposição de João para a luta, contando uma história de outubro de 1963:

*Chegou aqui em Porto Alegre uma companheira que eu vou chamar de Maria – porque ela continua militando hoje [1987] – e disse que vinha lá de Nonoai, do acampamento, e que precisava falar com o tal João Sem Terra. Nós éramos contra sua ida ao Passo Feio. Mas ele acompanhou a Maria.*²⁹

Isso, num momento em que a situação no acampamento sem-terra era crítica. “Estava até cortado o suprimento de água”, relatava Saldanha. Mesmo assim, João entra clan-

27. João Sem Terra, 2010.

28. Wagner, 1989, p. 15.

29. Wagner, 1989, p. 20.

30. O movimento de Trombas e Formoso (GO), de posseiros contra grileiros, teve a primeira fase entre 1950 e 1957. A resistência dos posseiros, em duas frentes, a da política institucional e a da luta armada, contra jagunços e policiais militares, foi vitoriosa. A região passou a ser administrada pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Trombas e Formoso, de gestão coletiva. Em 1960, o movimento elegeu deputado estadual o líder camponês José Porfírio de Souza (coligação PTB-PSD) e o posseiro Bartolomeu Gomes da Silva, prefeito de Formoso. Em 1962, o governador Mauro Borges concedeu aos posseiros 20 mil títulos de terra. Com o golpe de 1964, Porfírio foi cassado, os posseiros perderam os títulos, houve perseguição e torturas. Acabou a República de Trombas e Formoso. Em 1972, Porfírio foi preso e levado ao DOI-Codi, em Brasília. Teria sido libertado em 1973, quando desapareceu. Ver Cunha (2009), Carneiro e Cioccarri (2010, 2011) e o Memorial da Revolta de Trombas e Formoso, em: <<http://trombaseformoso.org/node/24>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

31. Wagner, 1989, p. 26.

32. Reformas de Base eram mudanças estruturais propostas pelo presidente João Goulart para as áreas de educação, agrária, política e fiscal.

destinamente no local para uma reunião. É uma das muitas vezes em que vai se deparar com seu perseguidor, o coronel da Brigada Militar Gonzalino de Carvalho.

A clandestinidade fez com que os dois militantes, João Sem Terra e Ari Saldanha, perdessem o contato e não voltassem a se encontrar. Desconhecendo o paradeiro do companheiro, Saldanha morreu acreditando que, naquele período, João havia se integrado aos contingentes de posseiros que travavam uma luta de resistência à grilagem em Trombas e Formoso, em Goiás.³⁰ Em entrevista a Wagner (1989), Saldanha contou que, em dezembro de 1963, João estava em estágio avançado nas negociações para se engajar no movimento de Trombas e Formoso. Pouco depois, os dois militantes viajaram juntos ao Rio de Janeiro para participar da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 22 de dezembro de 1963. “Quando chegamos ao Rio de Janeiro, já estava tudo certo. João participou do encontro sem aparecer muito, e no final seguiu com o pessoal de Goiás.”³¹

O MOVIMENTO NA POLÍTICA NACIONAL

A participação do Master na vida nacional, especialmente a inserção e o compromisso com as Reformas de Base,³² entre elas a Reforma Agrária, está explícita em documento de junho de 1963, definido em Assembleia Geral Extraordinária com representantes de 80 municípios gaúchos, em Porto Alegre. O tom da ação política já é dado no primeiro dos 12 itens do texto, no qual se anuncia a luta pela emenda à Constituição que permitirá uma

[...] *Reforma Agrária Radical, autorizando a desapropriação dos latifúndios, mediante o pagamento com títulos da dívida*

*pública, a longo prazo e juros baixos, pelo valor fiscal, única forma capaz de liquidar com o monopólio da terra e garantir a sua posse e o seu uso aos que nela trabalham.*³³

33. Documento elaborado em Assembleia Geral Extraordinária do Master, 1963.

Outra resolução tomada pelos sem-terra e pequenos agricultores era intensificar as atividades na Frente de Mobilização Popular, “onde estão unidos operários, camponeses, estudantes, parlamentares nacionalistas e demais forças progressistas”, no movimento pelas Reformas de Base, e ajudar na coleta de assinaturas no “Apelo ao Congresso” pelas reformas. Os integrantes do Master declaram ainda sua solidariedade irrestrita a sargentos e oficiais presos por manifestar apoio às Reformas de Base, a líderes camponeses, a um padre, e, de modo geral, a todos os movimentos populares de resistência.

No documento, os trabalhadores também reclamam providências a todas as instâncias do Executivo – municipal, estadual, federal – relativas à distribuição e posse das terras desapropriadas ou do estado para mais de 16 mil agricultores sem-terra instalados nos acampamentos. Além disso, reivindicam indicações para a Supra e até manifestam preocupação com a saúde do papa João XXIII, doente naquele período.

Os integrantes do Master anunciam apoio ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), “no sentido de deflagrar uma greve geral pelas reformas, como forma de pressão ao Congresso Nacional”, e prometem fazer acampamentos e concentrações em frente às prefeituras em prol das reformas.

João era conhecido por sua defesa de uma Reforma Agrária Radical. Ainda que ele não a definisse em termos conceituais, era o que pregava. A Reforma Agrária Radical, democrática e progressista, palavra de ordem da época, a que aspiravam lavradores e trabalhadores agrícolas, tinha como seus pilares o fim do latifúndio e o uso social da terra.

Fim do latifúndio e uso social da terra

34. O esforço coletivo e as pressões populares levaram, em 1963, à aprovação do *Estatuto do Trabalhador Rural*, a primeira legislação específica para os trabalhadores do campo.

35. A referência é à Revisão Agrária, do governo Carvalho Pinto (1959-1962). De base social democrata, ela funcionava como contraponto a propostas de Reforma Agrária. Segundo Célia Tolentino, a proposta da Revisão era de 'reorganização fundiária do Estado de São Paulo, alterando sua estrutura de modo a torná-la funcional ao projeto de industrialização e urbanização crescentes. A ideia era substituir a grande propriedade rural improdutiva – via de imposto alto para terras sem cultivo – por um modelo baseado na pequena unidade familiar, tecnicamente eficiente, capitalizada e produtora de alimentos para as cidades industriais' (Tolentino, 2011, p. 10-11).

36. Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da Reforma Agrária, de 1961, publicada na revista *Estudos Sociais*, em abril de 1962. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/tematica/1961/11/17.html>>. Acesso em: 10 out. 2011.

A proposta, provavelmente conhecida por João Sem Terra, está detalhada na Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, de novembro de 1961, em Belo Horizonte.

No documento do Congresso, além de traçar um panorama da situação injusta e insustentável no campo – com as grandes propriedades ocupando 62,33% da área produtiva do país –, dos problemas de uma economia dependente e subdesenvolvida, suas consequências políticas e sociais, os trabalhadores rurais reivindicam direito de associação, sindicalização e aplicação das leis trabalhistas.³⁴ Ao mesmo tempo em que rechaçam medidas paliativas – tais como revisões agrárias³⁵ e outras manobras –, admitem que se trata de ação progressiva e sustentam a necessidade de uma política agrária que contemple medidas parciais e necessárias.

Já no começo do documento vem a justificativa:

*A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social, e, sobretudo, para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade da realização da reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura de nossa economia agrária e as relações sociais imperantes no campo.*³⁶

Várias soluções são consideradas indispensáveis e urgentes. A principal delas é a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários. No documento se reivindica a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, com a adoção da propriedade camponesa, individual ou associada, a propriedade estatal e o acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar. Para isso deveria ser feita a venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas e a distribuição gratuita das terras devolutas.

Entre as medidas parciais, os trabalhadores do campo relacionam: mudanças nas indenizações em caso de desapropriação por interesse social, que passariam a ser com títulos públicos, resgatáveis no longo prazo e a juros baixos; levantamento cadastral de todas as propriedades com mais de 500 hectares e avaliação de seu aproveitamento.

Além de pedirem desapropriação de terras não aproveitadas em propriedades de mais de 500 hectares, levantamento de todas as terras devolutas, atualização de títulos de posse – terras com títulos ilegais ou precários voltariam a ser públicas, imposto territorial rural progressivo e isenção para a pequena propriedade. Também cobram a concessão de terras devolutas a quem nelas queira trabalhar, a outorga de títulos de propriedade aos posseiros, o incentivo à formação de cooperativas camponesas e um plano de fomento agrícola.

Conforme o documento, com o apoio do proletariado, dos estudantes, da intelectualidade e de forças nacionalistas e democráticas, as massas trabalhadoras do campo poderiam mudar a estrutura agrária do Brasil.

A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações anti-econômicas e antisociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país.³⁷

Em novembro de 1964, em pleno regime militar, era sancionada a Lei nº 4.504, o chamado Estatuto da Terra, primeira legislação a estabelecer parâmetros para a Reforma Agrária. Sua criação está relacionada à insatisfação no meio rural e ao temor de uma “revolução” camponesa. A intenção era aquietar os camponeses e tranquilizar os donos de grandes extensões de terra, forjando espaço para o desenvolvimento empresarial da agricultura.

37. Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da Reforma Agrária, 1961.



**Sob o marco
da violência:**

fazendeiros, capangas
e policiais militares
tentam expulsar
sem-terra na Fazenda
Juvenal, em Cruz Alta,
RS, em julho de 1987.

(Roberto Santos)



BANHADO DO COLÉGIO, O COMEÇO

No governo Leonel Brizola foi criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), órgão promocional e de planejamento de políticas de reforma agrária, por meio do Decreto nº 12.812, de novembro 1961. Encarregado dos atos desapropriatórios, sob sua égide se fez o primeiro assentamento de trabalhadores rurais sem-terra do Rio Grande do Sul, em uma localidade chamada Banhado do Colégio, em Camaquã, na zona sul do estado, em 1962. O assentamento se deu em uma área muito fértil, resultante da drenagem de um banhado, daí o nome. Foram contempladas 244 famílias de sem-terra que trabalhavam na região. Os lotes variavam de 20 a 25 hectares cada.³⁸

A previsão era assentar em uma área de 19 mil hectares, mas os fazendeiros foram estendendo suas cercas. A discussão sobre os limites da terra intensificou-se e, ao final do processo, sobraram apenas 5 mil hectares, como explica a pesquisadora Córdula Eckert.³⁹ Esse aspecto é ressaltado também no depoimento de Plínio Figueiredo, um dos colonos assentados do Banhado do Colégio:

Ficamos acampados, esperando. Logo veio, em 1964, o golpe. Brizola já não estava no governo, já era o Meneghetti. Meu título [de assentamento], que eu ganhei, quando veio o golpe foi extraviado. Desapropriaram aqui 5 mil e poucos hectares e eram 19 mil e poucos. O resto se foi com o vento.⁴⁰

Eckert contesta a versão disseminada de que a experiência tenha se concretizado em virtude da figura de Leonel Brizola. “Não foi apoio direto de Brizola à Reforma Agrária; é preciso restabelecer que, de fato, houve apoios de lideranças do PTB. O apoio do Brizola ao Master se

38. Harres, 2006.

39. João Sem Terra, 2010.

40. João Sem Terra, 2010.

41. João Sem Terra, 2010.

42. Alves 2009, p. 9. Ver também Alves, 2009a.



Terra legalizada: o governador Leonel Brizola (esquerda, de camisa clara), entrega os títulos de concessão no Banhado do Colégio, Camaquã, RS, em 1962. Da cerimônia também participam Paulo Schmidt (abaixo, de costas) e o secretário João Caruso (ao fundo, direita).

(Acervo Paulo Schmidt)

deve à tentativa de [obter] maior apoio popular”, acentua a pesquisadora.⁴¹

Estudo conduzido por Bernard Alves (2009, 2009a, 2011) mostrou que as ocupações de terra, no começo dos anos 1960, reivindicando sua desapropriação para fins de Reforma Agrária inauguraram um novo momento nas ações do governo do estado. O autor explica que o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), criado em novembro de 1961, só passou a operar efetivamente em abril de 1962, isto é, “somente depois do início das ocupações que o Igra foi instrumentalizado para realizar, de fato, os projetos de colonização e reforma agrária”, previstos em seu decreto de criação.⁴² As pistas analisadas pelo pesquisador lançam dúvi-

das, no entanto, sobre a real participação e responsabilidade do Master nas ocupações de terra ocorridas no começo dos anos 1960, “que acabaram por lhe conferir reconhecimento público”. Mas o fato de terem sido creditados à entidade esses episódios de ocupação de terras indica que “esta acabou por incorporar uma demanda que não pertencia somente a um grupo, mas a uma série de indivíduos que lutavam por terra no Rio Grande do Sul na década de 1960”.⁴³

A fundação do Igra havia sido antecedida por outras iniciativas do governo estadual. Em 1960, o governo criou a Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH), que tinha como objetivo desenvolver projetos de reestruturação fundiária. Uma das ações desenvolvidas pela Comissão foi um levantamento de todas as propriedades em território gaúcho que ultrapassassem os 2,5 mil hectares de terra. O levantamento – iniciado em 1960 e concluído no ano seguinte – resultou num “mapa do latifúndio” gaúcho (Alves, 2009a, 2011).⁴⁴ A partir daí se iniciou a construção de um aparato burocrático específico para a realização de projetos de colonização e de Reforma Agrária no estado. Em 1961, o governo criou o GT-14, grupo de trabalho que desenhou os traços do que viria a ser o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra).⁴⁵

AS LUTAS DAS LIDERANÇAS

Naquele tempo, começo dos anos 1960, em todo o Brasil a luta pela Reforma Agrária mobilizava trabalhadores rurais e pequenos agricultores, movimentos populares, associações, sindicatos, setores da Igreja Católica e de partidos políticos mais à esquerda e ao centro. Ao mesmo tempo se organizavam os opositores, também em movimentos de proprietários, em partidos, em associações.

43. Alves 2009, p. 9. Ver também Alves, 2009a.

44. O levantamento foi realizado em 71 municípios gaúchos (cerca de 50% do total existente na época) e contabilizou 863 propriedades com mais de 2,5 mil hectares. Um cruzamento dos dados de proprietários em diferentes cidades possibilitou identificar 47 nomes entre os maiores latifundiários do estado naquele período. Ver Alves, 2009a, p. 34.

45. Alves, 2011, p. 2. Ver também Alves, 2009a.

46. João Sem Terra, 2010.

47. João Sem Terra, 2010.

48. As Ligas Camponesas mobilizaram dezenas de milhares de camponeses em defesa dos direitos do homem do campo e da Reforma Agrária nos anos 1950 e 1960, seguindo iniciativa embrionária conduzida pelo PCB entre 1945 e 1947. Lideradas pelo advogado Francisco Julião, as Ligas formaram-se a partir da desapropriação do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão (PE), e se estenderam a vários outros estados até o golpe de 1964. Deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Julião encampou a luta dos camponeses no campo e nas tribunas. Mais informações, ver Julião (1962, 2009), Santiago (2004) e Carneiro e Cioccari (2010, 2011).

No Rio Grande do Sul lutavam pelo direito à terra o Master, as Ligas Camponesas e a Frente Agrária Gaúcha (FAG), cada um com uma visão específica de como o processo deveria ocorrer. Pode-se considerar que o Master queria uma Reforma Agrária pacífica, enquanto as Ligas Camponesas admitiam, se fosse necessário, a força das armas, posição expressa nas palavras de ordem “Reforma Agrária, na lei ou na marra”. A FAG, criada pela Igreja Católica, tentava “cristianizar” os movimentos e colocá-los sob o seu guarda-chuva, de acordo com o frei Eugênio Giovenardi. “Cristianizar significava não serem independentes e, sim, obedecer, como um exército disciplinado, às orientações”, explica o religioso, acrescentando que o movimento dos sem-terra foi o primeiro a se opor àquela hierarquia e a seguir seu rumo.⁴⁶ Jovem frei no início dos anos 1960, Giovenardi participou do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e foi punido por atender às orientações de Brizola.

Brizola nos deu orientações e uma delas era “Reforma Agrária já”. Quando terminou o congresso, os jornais estamparam: “Igreja apoia o socialismo”. No dia seguinte, Dom Vicente Scherer [arcebispo de Porto Alegre na época] me chama e diz que eu tinha prestado um grande desserviço à Igreja Católica, que eu tinha dado munição explosiva ao governador, com quem ele tinha rixa, e principalmente ao comunismo. Me ameaçou com sanções e me proibiu de celebrar missa, além de tomar outras medidas. Decidiram me expulsar da Arquidiocese de Porto Alegre.⁴⁷

A disputa pela hegemonia na condução do processo de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul era intensa. Em meados de 1961, conforme registra o jornalista Carlos Wagner, as “lideranças do Master disputavam espaço político com as Ligas Camponesas,⁴⁸ que, no estado, tinham trânsito inten-

so entre a intelectualidade mais à esquerda”.⁴⁹ A batalha dos diferentes grupos aconteceria principalmente nos gabinetes, porque lhes faltava representatividade junto aos agricultores. O Master “era o que tinha mais penetração junto ao campesinato, mas era frágil”, sustenta Wagner.⁵⁰ Nos acampamentos de sem-terra a organização política deixava a desejar.

Graças a lideranças como João Sem Terra, Ari Saldanha e muitos outros anônimos, que detinham informações e eram capazes de mobilizar um grande número de trabalhadores dispostos a brigar por um pedaço de terra, o processo avançou. Tanto que, em 1962, havia pelo menos 12 acampamentos de agricultores sem-terra no estado, sendo os mais conhecidos os do Banhado do Colégio e o da Fazenda Sarandi.

Um fato real, que mais parece um “causo”, contado pelo próprio João Sem Terra no documentário sobre sua vida, ilustra bem a ação de uma parte da Igreja. Foi quando um padre apresentou um abaixo-assinado contra ele com assinaturas de pessoas mortas havia anos. “Perguntei quantos dias fazia que ele colhia assinaturas e ele respondeu que uns 15.”⁵¹

João interpelou o padre após ver as assinaturas e perceber que até gente morta estava na lista. “Quem fez isso com o senhor não soube fazer”, disse ao sacerdote. E, como se dizia então, matou a cobra e mostrou o porrete: “Seu Adolfo Sbardelotto, que tá aqui, faleceu há mais de dois anos, e agora está assinando. De onde o senhor tirou esses defuntos pra assinar contra mim?”. Em seu relato, João não identifica o padre nem menciona qual foi sua reação.

**Os milagres
dos defuntos
que assinam**

49. Wagner, 1989, p. 15.

50. Wagner, 1989, p. 15.

51. João Sem Terra, 2010.



Na fé e na coragem: missa reúne colonos no Acampamento do Capão da Cascavel, na Fazenda Sarandi, em janeiro de 1962.

(Acervo Paulo Schmidt)



Memórias: Sereno Chaise, ex-prefeito de Porto Alegre cassado pelo golpe, recordava-se das perseguições do coronel Gonzalino de Carvalho.

(Acervo MJDH-RS)

CAPÍTULO II

TEMPOS SOMBRIOS

TROCA DE GOVERNO, COMEÇA A REPRESSÃO

Em 1963, Leonel Brizola deixa o governo gaúcho e assume Ildo Meneghetti, representante das forças conservadoras do estado. Favorável ao direito de propriedade dos latifundiários, no 11º dia de governo o novo governador desativa o Igra, demitindo 29 dos 32 funcionários.

João Sem Terra, que nunca esqueceu o tratamento recebido, resume a mudança em depoimento registrado no documentário que leva seu nome: “O Meneghetti, quando fez a campanha política, foi falando bem da Reforma Agrária, que ia fazer isso e aquilo; se elegeu e castigou a gente”. Começou uma campanha de difamação do líder dos sem-terra. “O governo do Meneghetti me colocou como um sujeito fazendo fofoca, de perturbação”, conta João.¹ A intenção do novo governo era passar a imagem do líder camponês como um agitador, aventureiro e bandido, que punha em risco a ordem, sendo uma espécie de inimigo público número 1. Seus movimentos passam a ser acompanhados pela repressão.

1. João Sem Terra, 2010.

2. João Sem Terra, 2010.

3. João Sem Terra, 2010.

4. João Sem Terra, 2010.

A partir desse governo, os conflitos agrários começam a se radicalizar no Rio Grande do Sul, segundo a pesquisadora Córdula Eckert.² A pressão é forte e os acampamentos de colonos sem-terra são severamente reprimidos. Wagner, por sua vez, relata que Meneghetti “chama o coronel reformado da Brigada Militar Gonzalino Curi de Carvalho para montar um esquema que acabasse com os acampamentos de agricultores sem-terra que existiam no estado”. A polícia também proíbe o acesso de parlamentares e de lideranças do Master aos acampamentos.

SUJEITO ORDINÁRIO, PERSEGUIU MUITA GENTE

Nas palavras de Sereno Chaise, ex-prefeito de Porto Alegre pelo PTB e cassado logo que se deu o golpe militar, “Gonzalino de Carvalho era um sujeito muito ordinário, um bandido, perseguiu muita gente”.³ Chaise conheceu o coronel quando esteve preso. “Onde tinha mobilização, o Gonzalino estava, com todo aparato policial; ele coibia fortemente essas mobilizações, com armas, metralhadoras... também praticava cerco de fome, não deixava entrar víveres ou água nos acampamentos”, descreve a pesquisadora Eckert.⁴

Muitos anos depois, em depoimento a Teresa Noll Trindade, João ainda mencionou o coronel Gonzalino de Carvalho e seus parceiros, contando como o enganou e fugiu. Recordava que outra figura de destaque nas operações de repressão era o delegado Armando Prates. “A gente tinha feito um acampamento lá pros lados de Torres [litoral do RS]. Lá foram o coronel Gonzalino e o Prates no acampamento. Chegaram perguntando: ‘Você não conhece João Sem Terra? Preciso prender ele.’”

A pessoa apontou: “É aquele que tá ali, conversando com aquele povo”. João continua: “Vi que ele vinha pro meu

lado e me fingi de ‘beudo’. Ele voltou e questionou quem me apontou, dizendo que era um bêbado”.⁵ Com essa artimanha, cuja esperteza é atestada não apenas pelo feito, mas também pelo relato, o líder camponês conseguiu fugir.

5. João Sem Terra, 2010.

PRESSÕES, SEQUESTROS E TORTURAS

A partir da troca de governo estadual e do aumento da repressão, muitas lideranças passaram a ser procuradas e presas no Rio Grande do Sul. “Com a saída do Brizola, o movimento foi extinto e todo mundo foi ‘garrar’ seu caminho. Eu fugi pra Goiás”, relata o líder camponês no documentário *João Sem Terra*. Tempos mais do que difíceis nas mãos da repressão: “Me investigaram, queriam fazer a minha filiação ao Partido Comunista... mas eu não sou comunista, nunca fui e não sou. Mas se vocês querem fazer isso...”.

Acompanhando a pressão psicológica, veio a tortura. Em 1963, João Sem Terra foi sequestrado e torturado várias vezes por agentes do extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops), preso por policiais civis e da Brigada Militar. Uma das acusações contra ele era por suposto tráfico de armas para os acampamentos de sem-terra, o que nunca se revelou verdadeiro.

Me prenderam, me levaram para o Dops, me botaram na cadeira elétrica, fios e agulha elétrica nos olhos, nos órgãos genitais, no corpo todo, na garganta, nos ouvidos, nas unhas das mãos e dos pés. Pensei, “será que eu sou tão bandido assim?”. E tinha um médico ali dizendo pra eles onde que prendia as agulhas, os lugares pra não atingir mortalmente. Toda a vida tive um santo muito forte comigo e pedi a Deus que desse força pra sair daquilo, se tivesse certo na minha filosofia política. Se eu tivesse errado, pra me deixar morrer.

6. João Sem Terra, 2010.

7. Entrevista a este projeto.

8. Três dos oito filhos do casal morreram: Cláudio Tadeu, em 2010; Giovani, em 1983, e Vera Rejane, quando ainda era bebê.

Em outro momento, durante uma tentativa de enforcamento, ele se desesperou. “Eu disse: ‘não, se vocês querem me matar, me matem logo, mas me enforcar? Eu não me-reço isso, só porque sou a favor dos colonos e sou um deles também? O que é isso?’.”

Depois de tantos anos, em depoimento a Teresa Noll Trindade, as atrocidades ainda o emocionam. Em especial a execução de cinco mães que carregavam seus bebês: “Numa ocasião, me colocaram no Dops com cinco mães, com crianças molinhas nas mãos. Um coronel me separou e disse que eu tinha que ser executado. Depois, me disse: ‘te arranca’.”⁶

João recorda que aquelas mães ficaram presas, juntamente com suas crianças. Quando virou as costas escutou rajadas de metralhadoras. Ao cabo de dois dias apareceram os corpos boiando no chamado Rio Guaíba, de fato um estuário, que banha Porto Alegre. Ele relembra, chorando, a cena horrenda, com as crianças amarradas aos seios das mães. “Arrumei um saco, fiz uma roupa, uma barba bem grande, postiça, um chapéu de palha, coloquei um saco de coisas nas costas e fui olhar as mães que estavam ali comigo. Nessa hora me doeu, e quase que me pegam.”⁷

A DESPEDIDA E AS AGRURAS DA FAMÍLIA

A primeira mulher, Wanda, uma professora estadual com quem João Sem Terra teve oito filhos (Maria Catarina, Cláudio Tadeu, Marizete, Mareci Helena, Marilene Conceição, João Altair, Vera Rejane e Giovani),⁸ chorava, pedia para o marido desistir, ficar mais em casa, cuidar da família. Nas discussões com a mulher, João argumentava: “Tiradentes também foi perseguido”. Ela rebatia: “Olha onde ele está!”. Até o momento em que João precisou fugir. “Aí eu disse pra ela: cuida das crianças direitinho que eu vou ter

que sair. Quem me ajudou a fugir de Porto Alegre foram os padres.”⁹

Maria Catarina conta que o pai e a mãe eram muito diferentes entre si:

*Ela, uma professora muito cívica, que gostava de hastear a bandeira e de poesia, tinha muita bronca das políticas do meu pai. Ele era um homem batalhador, uma pessoa de coração grande, dava o que tinha de melhor pra todo mundo. Em época de eleição, pegava o megafone e ia pra frente da cooperativa, com os candidatos dele. Minha mãe ficava envergonhada, não gostava. Todo mundo enlouquecia com as coisas do pai.*¹⁰

Os filhos do casal lembram-se da despedida do pai, do sentimento de perda, das perseguições policiais, das mudanças de cidade, das dificuldades financeiras, do sofrimento. As notícias nos jornais afetavam principalmente os mais velhos. Ainda hoje, afirma Marizete, os acontecimentos da época deixaram suas marcas sobre a família: “Quando fomos morar no Rio da Ilha, interior de Taquara, a gente pegava o jornal e lia que o pai foi preso, torturado. Minha irmã mais velha [Maria Catarina] é perturbada até hoje por isso”.¹¹

Os filhos lembram o último encontro com o pai. Esse dia, especialmente, ficou gravado na memória de João Altair: “Estávamos na frente da casa e veio uma Rural preta, com uns homens de gravata e fatiota... e o pai se despedindo de nós, a mãe chorando. Depois disso, nunca mais eu vi o pai”.¹² Marizete rememora a despedida, ocorrida quando ainda era uma criança: “Vi meu pai pela última vez em 23 de novembro de 1963. Ele estava de terno branco e apareceu, de surpresa, no casamento da minha tia, em São Leopoldo. Depois disso, só o reencontrei 25 anos depois,

9. João Sem Terra, 2010.

10. Entrevista a este projeto.

11. Entrevista a este projeto.

12. Entrevista a este projeto.

13. Entrevista a este projeto.

14. Entrevista a este projeto.

15. João Sem Terra, 2010.

16. João Sem Terra, 2010.

17. Entrevista a este projeto.

18. João Sem Terra, 2010.

quando ele reapareceu”.¹³ Desse dia, Mareci, por sua vez, destaca: “Ele pegou cada filho no colo e se despediu de cada um”.¹⁴

Aquele também foi o período que mais marcou a vida de Cláudio Tadeu.

*Nós éramos sete. Ficamos sozinhos com a mãe. Ela era professora do estado e perdeu o contrato [em virtude das perseguições policiais]. Fomos de uma cidade pra outra. O Exército atrás dela pra saber de alguma coisa. Os padres nos ajudaram. Aí [os militares] viram que éramos inofensivos e nos deixaram de lado. Depois ela conseguiu recuperar o cargo. Mas passamos muito trabalho.*¹⁵

João Altair reforça o quanto o engajamento político do pai afetou Wanda profissionalmente. “Devido à política que o pai participava, ela [a mãe] só não perdeu o cargo de professora [definitivamente] porque viram que ela não estava metida. E ainda bem, porque se tivesse se envolvido seria bem pior. Ela não participava realmente, e o pai respeitava isso. E foi o que nos ajudou.”¹⁶

Punida, durante oito meses ela não recebeu um salário sequer. “Continuou dando aulas, não aceitou que estava expulsa do trabalho. Foi um período muito difícil. A gente só ouvia falar do pai por rádio”, explica Mareci.¹⁷

Marilene recorda a cena da invasão da polícia à casa da família em Rolante assim que o pai desapareceu. A família guardava os alimentos em tulhas, espécie de arcas para armazenar cereais e outros alimentos. “Pra obrigar minha mãe a falar, [policiais armados] chegavam chutando as tulhas cheias de arroz, feijão, farinha de trigo, de milho, açúcar, tudo. Como se não bastasse, sapateavam em cima”.¹⁸

O relato evidencia que as violências atingiam não apenas quem estivesse engajado em movimentos considerado subversivos na época, mas constituíam formas de intimidação e de pressão sobre as famílias dos militantes.

O DRAMA DE WANDA

A professora Wanda, que nunca esteve envolvida nas atividades políticas de João Sem Terra, de repente se viu só, com suas sete crianças, sendo ameaçada de muitas formas: frequentemente sua casa era invadida por policiais armados exigindo que ela confessasse onde estava o marido, coisa que não sabia. A família vivia aterrorizada. Como forma de fazê-la dizer o que ignorava, Wanda perdeu temporariamente o emprego de professora estadual, o que a deixou sem condições de sustentar os filhos. Os irmãos de Wanda ajudavam de acordo com suas possibilidades.

Sozinha, o jeito então foi espalhar parte da prole: Maria Catarina e Marizete, as meninas mais velhas, ficaram em um internato em Santo Antônio da Patrulha; Cláudio Tadeu foi deixado aos cuidados dos tios, em Tramandaí, no litoral. Pelo menos assim teriam o sustento garantido. Com Wanda ficaram os menores: João Altair, Giovani, Marilene e Mareci.

A professora estadual não conhecia ninguém na região industrial calçadista do estado, mas ouvira falar que aquela era terra de oportunidades e vislumbrou a chance de emprego para os meninos quando crescessem. Após cerca de um ano, Wanda recuperou o emprego e pediu transferência para Estância Velha, para onde se mudou com as crianças e voltou a dar aulas. Até hoje os filhos vivem e trabalham na região. João Altair, que começou na indústria aos 14 anos, hoje é dono de uma empresa do setor coureiro calçadista e com ele trabalham suas irmãs Marizete e Maria Catarina.

19. Wagner, 1989, p. 25.

A última vez que Wanda esteve com João Sem Terra foi no dia 17 de dezembro de 1963, às 16h, quando os companheiros do líder camponês providenciaram um encontro do casal no Edifício Condor, na Rua General Andrade Neves, no Centro de Porto Alegre, local em que funcionavam a Superintendência da Reforma Agrária (Supra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Ela teve que bater três vezes na porta. Era a senha. Na ocasião, João mostrou a ela uma passagem de ônibus para o Rio de Janeiro.

Há tempos ela não tinha o marido em casa, por causa das fugas necessárias.

Deixei os nossos sete filhos com a mãe, que não queria que eu fosse ao encontro. Arranjei uma desculpa e fui. Lá o encontrei diferente. Ele havia cortado o cabelo e se vestia de uma maneira estranha. Ele disse que ia fazer uma viagem usando outro nome, que não falou qual seria. Mas que dentro de dez dias me mandaria uma carta.¹⁹

Conforme o relato, ela voltou ao local do encontro dez dias depois, mas o marido não estava. Havia quatro homens que Wanda não conhecia. Eles lhe sugeriram que escrevesse uma carta para João. Com medo, a mulher não escreveu nada. Foi embora e, por muitos anos, não teve notícia do pai de seus filhos. Anos depois se casou novamente e teve uma filha, Marília.

A CONSTRUÇÃO DO MITO

Após a última fuga, quando enganou o coronel fingindo estar bêbado, João entendeu que já não havia mais lugar seguro para ele no Rio Grande do Sul. Sem condições de usar o próprio nome e não podendo confiar em ninguém, tratou de

desaparecer, sem deixar vestígios, como fizeram tantos outros perseguidos políticos. Fez isso tão bem que durante mais de 25 anos ninguém soube nada dele. Se vivia, se estava preso, se estava morto. Em janeiro de 1964, antes que o golpe militar se desse oficialmente, cansado das perseguições, prisões e torturas, ele caiu no mundo. Para a família e os conhecidos restava conjecturar sobre o que havia acontecido. Alguns acreditavam que ele tinha ido para a clandestinidade e se engajado na luta armada contra a ditadura militar. Outros, que ele havia sido morto e estava insepulto em algum lugar. Poucos supunham que ainda estivesse vivo.

20. Wagner, 1989, p. 9.

Não havia nenhuma pista a seguir. Os anos de intensa militância pela Reforma Agrária, combinadas com a ausência de informações e as conseqüentes especulações sobre o que teria ocorrido foram dando corpo a uma espécie de mito. Seus contemporâneos sabiam que ele existira, mas as novas gerações só tinham versões dos fatos e a história era contada de acordo com a imaginação de cada um. Histórias essas cheias de coragem, de valentia, de ousadia, que eram narradas, na década de 1980, quando ressurgiu o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, “pelos colonos a seus filhos, debaixo das lonas pretas dos barracos dos acampamentos”, como relata o jornalista Carlos Wagner, ele próprio uma testemunha dessas narrativas.²⁰

DISFARÇADO DE PADRE, ENCOMENDOU CORPO

Após a fuga, João bem que tentou rever os filhos, como ele conta no documentário que leva seu nome. Em uma das tentativas, ao chegar a Porto Alegre, foi reconhecido. Mas, em outra ocasião, a artimanha deu certo. Disfarçado, conseguiu chegar até a casa onde estavam as crianças com a mãe.

21. João Sem Terra, 2010.

22. RS. Esfarrapada, de acordo com o *Dicionário Houaiss*.

23. João Sem Terra, 2010.

24. Conforme registra Frei Betto na obra *Batismo de sangue* (1987).

25. João Sem Terra, 2010.

*Cheguei lá, pedi um copo de água, ela [Wanda] trouxe, me deu. Tava as crianças brincando, o [Cláudio] Tadeu, o mais velho, o Altair... no gramadinho. Ai, o cara quis bater neles, o marido [de Wanda, que casara novamente]. Virei bicho.*²¹

Mas não pôde fazer nada, para não estragar o disfarce.

*Fui com uma roupa bem estrapilhada,²² casaco rasgado, um saco de lona, arrumei uma barba postiça bem forte. A mulher não reconheceu, ela veio saber depois que eu vim. Mas eu não pude ver mais [as crianças]. Fui parar no Colégio Cristo Rei, em São Leopoldo. Lá, eles me conheciam.*²³

João ficou no seminário – mantido pelos jesuítas e que, mais de uma vez, abrigou perseguidos políticos – até conseguir ir embora com segurança. O mesmo local acolheu o então frade dominicano Frei Betto,²⁴ em 1969, pouco antes de ser preso pela polícia gaúcha sob a alegação de que seria “o braço direito” de Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN).

O líder camponês enfrentou situação mais do que inusitada numa ocasião em que estava vestido de padre: para dar veracidade à farsa chegou a encomendar corpo e acompanhar o féretro até o cemitério. Depois, adotou o hábito de freira.

*Fiquei um mês lá. Primeiro saí vestido de padre. Tinha morrido uma senhora e um povo me encontrou na rua. Me disseram: “Estamos caçando um padre pra encomendar um corpo”. Eu disse “leva ali pra aquela igreja que eu vou lá atender”. Ai eu disse pros padres que eu tinha que encomendar o corpo. Me perguntaram se eu sabia e eu, “mais ou menos, só não sei o latim”. Fiz uma oração, eles [os fiéis] acharam muito bom, rezei e acompanhei o corpo até o cemitério.*²⁵

POLÍCIA SEQÜESTRA LÍDER CAMPONÊS

★ Líderes camponeses e operários acompanhados hoje a transferência do "ba. braço" impetrado pelo advogado Mathias Nagvislein.



romance policial

AMIGO LEAL

O cottage de Lotário ia pro balcão de bicicleta, pelo Viscontado. Era tãzo do barão, que o Lotário tinha na cabeça com o pedaleiro. Voz um gôndia, correndo:

- Táje preso.
- Não fu nada de mal, chefe.
- Tá me descalçando. Vamo pra Delegacia.
- Me afito...

Mãis nos seguintes dias de um acidente de pelo polícia grande, com participação pelo seu irmão, delegado de Olym. Polícia e Social (dizão) na a vítima é o camponês João Machado, um homem conhecido pelo apelido de "João Sem Terra".

AMARRADO

O seqüestro ocorreu na quinta-feira, no momento em que o delegado estava em uma das ruas da cidade.

BLMETS

Outras notícias de 15 horas e cinco, quando Manoel Soares Neves, representante do DOPV, a fim de levantar uma lista com os nomes dos membros da comissão, pediu ao delegado João Machado, que se retirasse para o hospital, e assim foi realizado por meio de uma carta de nome camponês João Antonio, da reportagem especial de BLM, garantindo que mesmo a situação sobre os seqüestros.

CONTRAÇÕES

GREVE PÁRA S. PAULO: 700 MIL OPERÁRIOS PEDEN

Última

A Melhor Colunistas Escreve F

★ Mário de Almeida

O VEXAME DE ADHEMAR

★ Gilda Marinho
UMA COROA FABULOSA

★ J. Monserrot
OCASO SEM BÚSSOLA

★ Ivo Corrêa Pires
FLÁVIO E OS MESQUINHOS

★ Loro
GUERRA SEM ARMISTÍCIO

Adiada "Parede" Dos Barnabés Municipais

"JOÃO SEM TERRA" ACUSA: DOPS QUERIA ME OBRIGAR A CONFESSAR TRÁFICO DE ARMAS

P. 3



"JOÃO SEM TERRA" ACUSA: DOPS QUERIA ME OBRIGAR A CONFESSAR TRÁFICO DE ARMAS

P. 1

Denúncia:
imprensa registrou as perseguições sofridas pelo líder camponês.
(Reproduções da Última Hora, out. 1963/Roberto Santos)

26. João Sem Terra, 2010.

27. João Sem Terra, 2010.

De lá, ele entregou a roupa de padre e foi embora. “A polícia descobriu que eu tinha saído de padre e começou a pelar [despir] os padres tudo pra ver se era eu”, conta. Em outra ocasião, para não repetir o disfarce manjado, ele saiu de freira.²⁶

PASSADO PROIBIDO

O nome do pai e a política eram assuntos proibidos na casa da família de Wanda. “Minha mãe tinha muito medo, pavor de perseguição. Não se podia falar em casa sobre política, sobre o passado”, explica o filho João Altair. A ordem era não tocar no assunto, como conta Cláudio Tadeu.

Meu tio mandava nós ficar mudo, não falar. Se alguém tocasse no assunto [o paradeiro do pai], era pra gente não falar. Deu a doutrina, do pequenininho até o maior, pra ninguém falar no nome do meu pai.²⁷



Empresário João Altair, filho do líder camponês.
(Roberto Santos)

João Altair, um menino ainda, não compreendia bem o sentido das palavras. “Um dia, li no jornal: ‘João Sem Terra preso e seviciado’. Eu perguntei: ‘O que é seviciado?’”

Criados em cidades diferentes, Altair e Tadeu tiveram pouco contato até que fossem adultos, mas ambos não podiam mais conviver com a falta de notícias de João Sem Terra. Contrariando a mãe e o restante da família, que preferiam o esquecimento, os dois buscaram notícias, cada um por si.

Logo que começou a trabalhar, ainda adolescente, João Altair deu início à procura. Em fevereiro de 1980 ele bateu à porta do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), com sede em Porto Alegre, coordenado pelo advogado Jair Krischke, militante empenhado na defesa de perseguidos políticos do Brasil e da América do Sul.

Participava da Juventude Católica e, por meio de um padre, ouvi falar que estava se formando uma Comissão de Direitos Humanos. Aí comecei a ir a Porto Alegre, me apresentei à Comissão. Eles se interessaram pelo caso. Uma vez por mês eu voltava lá.²⁸

As advertências e os temores da família, ainda hoje não totalmente vencidos, não impediram João Altair de contar a história de seu pai e pedir ajuda a políticos importantes do Rio Grande do Sul.

Um dia, Jair Krischke agendou uma reunião comigo e alguns trabalhistas históricos, entre eles Sereno Chaise. Eles me escutaram, mas não tinham muita informação. Eu era guri, não tinha nenhum conhecimento e ainda tinha orientação de meus tios de não me meter em política. Esta é uma coisa que, para mim, é passado. Mas minha irmã mais velha, Maria Catarina, ainda hoje acredita que haja perseguição.

Começam as buscas. “Jair me indicava onde tinha acampamento [de sem-terra].²⁹ Por conta própria, eu fui aos acampamentos atrás dele”, conta Altair.³⁰ As viagens a acampamentos em Sarandi e Ronda Alta foram de ônibus. Cheio de esperança, acompanhado por um amigo, parceiro na busca, o rapaz solicitava que fosse anunciado, em alto-falante, que estava no local e procurava por João Sem Terra. Em vão. Ninguém se apresentava. Ninguém sabia de nada. Só tinham ouvido histórias.

“A minha adolescência foi isso, procurar, buscar notícias... Todo mundo tinha pai. Eu tinha padrasto, que eu dizia ser meu pai. Era difícil dizer que eu não tinha pai”, resume João Altair.³¹ Encontrar o pai era uma obsessão, testemunha sua mulher, Carmen Lúcia, lembrando-se dos tempos de namoro.³²

28. Entrevista a este projeto.

29. Em meados de 1978 começaram a ocorrer novas ocupações de terra no RS.

30. Entrevista a este projeto.

31. Entrevista a este projeto.

32. Entrevista a este projeto.

33. RS. Espécie de música platina dolente, em ritmo binário, cantada ao som do violão. *Novo Dicionário Aurélio*, 2009.

34. João Sem Terra, 2010.

35. Entrevista a este projeto.

36. Entrevista de Jair Krischke a este projeto, concedida em outubro de 2011.

37. Organização de guerrilha urbana daquele país com atuação nas décadas de 1960 e 1970 e durante a ditadura militar (1973-1985).

Cláudio Tadeu recorda que, nas marchas pela Reforma Agrária, organizadas pelos trabalhadores sem-terra nas estradas gaúchas, João Sem Terra era homenageado por meio da milonga³³ entoada pelos camponeses. Nessas concentrações, lá estava o filho, com a esperança de encontrar o pai militante que desaparecera sem deixar pistas. A expectativa sempre se frustrava. Ali, contudo, ele assistiu à construção do mito. “Fizeram dele um mártir. Dali a pouco, era mártir vivo. É até gozado isso.”³⁴

BUSCA SE ESTENDE AO URUGUAI

Krischke confirma que Wanda desaprovava as atividades do ex-marido e não queria que os filhos o procurassem. “Contrariando a vontade dela, eles chegaram aqui, trazem fotos e relatam o desaparecimento. Insistiam que o pai deveria ter ido para o Uruguai com o Brizola, seguindo seu líder.”³⁵

De posse dessas informações, Krischke partiu para o país vizinho, atrás de alguma pista sobre o paradeiro do líder camponês.

*Revirei o Uruguai, fiz um “pente-fino” entre os brasileiros. Difícilmente sua presença seria ignorada se João Sem Terra estivesse no meio deles. Na comunidade brasileira de exilados, se juntam todas as “pelagens”, mas ninguém sabia nada dele.*³⁶

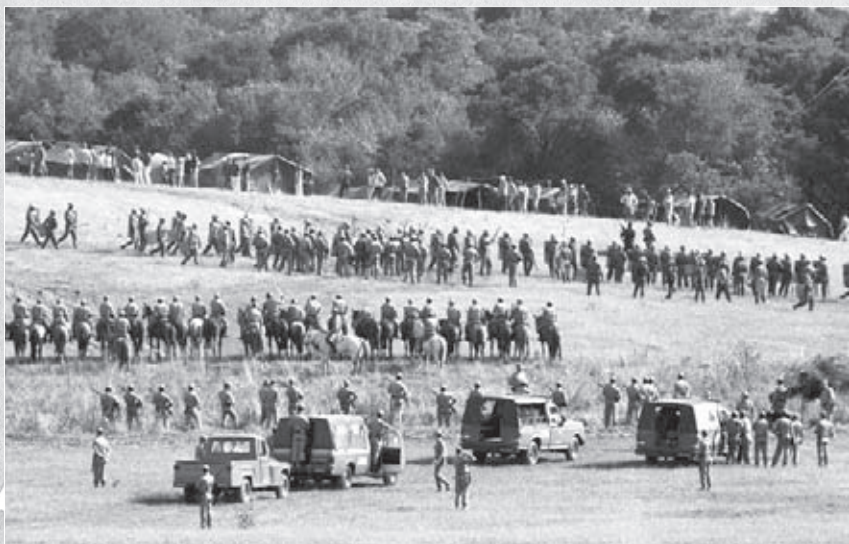
Também procurou por conhecidos uruguaios, especialmente entre os integrantes do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T)³⁷, que tinham vínculos com a questão da terra. “Ninguém sabia de nada, todas as pistas foram esgotadas”, relata.

Uma última possível indicação sobre o paradeiro do camponês ativista data de 1970, quando o padre Leo Pe-

dro Scheider, da Paróquia Santa Luzia, em Cachoeirinha, na Grande Porto Alegre, é informado pelo Dops de que João Sem Terra estaria preso em uma delegacia de Passo Fundo. Isso nunca foi confirmado.

Foi então que Krischke teve a ideia de contatar um jornalista com experiência na questão agrária que estivesse disposto a fazer uma reportagem investigativa – Carlos Wagner – e relatar os fatos para que fossem a público. Na época, metade dos anos 1980, era assim que as coisas aconteciam. “As negociações com a família para que se fizessem as entrevistas foram difíceis, a mãe e as irmãs não queriam, só os dois filhos se moviam. Mas conseguimos.”³⁸

38. Entrevista a este projeto.



Sem saída: dezenas de policiais da Brigada Militar cercam barracos de sem-terra na Fazenda Bom Retiro, em Júlio de Castilhos, RS, em março de 1993. *(Roberto Santos)*



A vida segue:
mães acalentam os filhos na difícil rotina da Fazenda Annoni, em outubro de 1986.
(Roberto Santos)

CAPÍTULO III

LONGE DE CASA

DE GAÚCHO A CEARENSE, EM GOIÁS

Em dezembro de 1963, a figura de João Sem Terra desaparece do Rio Grande do Sul sem deixar vestígio algum. Ao mesmo tempo, a milhares de quilômetros, no estado de Goiás, surge um homem de nome Moisés Manoel da Silva.

Ao chegar a Goiás, João fez registro novo, com nome de Moisés, filho de Pedro e Conceição da Silva, vindo do Ceará. De forma destemida, ele continuou trabalhando na organização de trabalhadores e, por consequência, permaneceu perseguido. Dessa vez não mais como líder de colonos sem-terra, mas como garimpeiro em defesa de preço justo para seu produto.

O camponês desembarcou no Centro-Oeste depois de participar da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. Ainda na capital fluminense foi avisado por companheiros de que não poderia voltar ao Rio Grande do Sul, uma vez que havia sido decretada sua prisão e as autoridades exigiam sua captura. Com a cabeça

1. Para saber mais, ver Cunha (2007) e Carneiro e Cioccarri (2010).

2. Entrevista a este projeto.

3. Mitchell, 1989.

a prêmio, decide se juntar a um grupo de posseiros e segue com eles para o centro do país.

Anos mais tarde, ao se encontrar com Jair Krischke, João Sem Terra revelou que esteve em Trombas e Formoso (GO), onde houve uma luta de resistência de posseiros de grande importância na história da organização das classes populares, mas que até hoje permanece pouco conhecida por amplos setores da sociedade brasileira.¹ “A guerrilha por lá já vinha de mais tempo e ele foi para aquele lugar participar, a convite de outras pessoas que estavam com ele no Rio. João topou na hora”, conta Krischke. “A guerrilha deu com os burros n’água e ele ficou por lá”, relata.²

Com outra identidade, em outras paragens, a luta pelos direitos dos trabalhadores continuou. O jornalista José Mitchell, na reportagem “A saga de João Sem Terra – um político dos perseguidos em 64 ainda é clandestino”, publicada no *Jornal do Brasil*, em 19 de maio de 1989, fornece outros detalhes sobre a estada de João em Goiás.

*Durante dois anos [João Sem Terra] viveu na cidade de Ceres, a 183 quilômetros de Goiânia, como açougueiro, até ser descoberto por um major do Exército, do Serviço Nacional de Informações (SNI), que, entretanto, foi ludibriado por João e acabou não comprovando que o açougueiro e João eram a mesma pessoa. Depois disso, João sumiu no interior de Goiás, casou novamente, teve quatro filhos e enviuvou. Sua primeira mulher no Rio Grande do Sul [Wanda], achando que ele tivesse sido morto pela repressão, casou de novo, enviuvou e morreu.*³

Trocar a luta pela terra pela defesa dos garimpeiros foi como mudar de pele, mas com a essência antiga. Ao atuar na organização dos garimpeiros, contrariava determinados

interesses, voltando a ter a polícia no seu encaicho. Ele contou como agia:

4. João Sem Terra, 2010.

5. João Sem Terra, 2010.

*A Tri Continental, uma multinacional, explorava lá. Reuni garimpeiros e criamos a Associação dos Garimpeiros. Ligava o alto-falante e botava o preço do minério: “É esse”. Eles tinham que pagar, senão não vendemo pra eles. Eu tinha um jipe e colocava o alto-falante em cima.*⁴

Outro coronel, agora na vida de Moisés. “O coronel Mourão era encarregado da perseguição; tinha 30 policiais que acompanhavam ele e a ordem era me matar. Nunca me entreguei pra ele, nunca me apartei de um revólver na cintura.”⁵

É como o cearense Moisés que participa do I Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (I Concut), de 23 a 25 de agosto de 1984, em São Bernardo do Campo (SP), que resultou na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O ex-líder camponês foi dirigente da Central em Goiás.

A militância sindical fez com que se organizasse partidaricamente. A agremiação escolhida foi o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980. Com o nome de Moisés Manoel foi membro suplente do Diretório Regional do PT em Monte Alegre de Goiás (GO) e membro suplente do Conselho Fiscal do partido naquele estado.

Não bastasse isso, foi presidente do Diretório Municipal do PT de Monte Alegre, presidente da Cooperativa Mista Extrativista Mineral dos Garimpeiros do Estado de Goiás (Coopergarimpo) e tesoureiro da Comissão Executiva do Diretório Regional do PT/Monte Alegre. Se João sumiu sem deixar rastro, Moisés tinha uma vida política e partidária bem intensa e atribulada.

6. João Sem Terra, 2010.

Uma certidão do Gabinete Militar da Presidência da República, datada de 22 de julho de 1998, diz que, “em 1985, dizendo-se representante dos garimpeiros de Monte Alegre (GO) e da CUT, passou a incutir nos garimpeiros de uma fazenda da região a ideia de que tinham direito àquelas terras que ocupavam, por estarem morando nas mesmas”. O documento integra o dossiê da Comissão Nacional de Anistia.

NOME NOVO, FAMÍLIA NOVA, COMPROMISSO ANTIGO

Ao mudar de identidade, João Sem Terra também construiu outra família, a segunda, dessa vez em Goiás. Com Domingas, teve mais quatro filhos (Maria Aparecida, Keila, Marilene e Moisés Manoel). Em entrevista concedida a Teresa Noll Trindade, a filha Keila demonstra reprovação ao engajamento político do pai, relatando as várias vezes em que ele se candidatou a cargos públicos. Revela mágoas da ausência paterna e de um passado que descobrira tão carregado de névoas. Enquanto as mãos nervosamente executam os pontos de crochê, a fala é lenta e difícil, entrecortada por silêncios e titubeios. Tensa, com os olhos baixos, ela várias vezes segura o choro e gagueja. No relato, Keila evita a palavra “pai”, referindo-se a João como “ele”, “dele”.

Num mês, ele ficava três dias em casa e o resto fora. Nesta parte, ele brigava por garimpo. Ele brigava por terra, brigava por garimpo. Os garimpeiros iam lá [em casa] e pediam ajuda dele. Um delegado, Nelsão, perseguia ele em tudo que é lugar. Ele levou um tiro, acho que na perna.⁶

Assim como a primeira esposa gaúcha, a companheira do líder camponês em Goiás não se envolvia em política e

sua família nada sabia sobre o passado do marido. “Ninguém sabia que ele era do Rio Grande do Sul, ele dizia que era do Ceará. Fiquei sabendo [que ele era gaúcho] quando fui morar com minha irmã e ele ligou pra ela dizendo que tinha outra família. Não gostei muito de saber”, conta a filha. Entre as tristezas que a moça parece guardar está o fato de que o nome herdado do pai, que compõe seu registro de nascimento como Keila Barbosa da Silva, não passa de uma invenção, de um artifício criado por João Sem Terra para sobreviver naqueles tempos difíceis.

Em Goiás, Moisés foi candidato a prefeito de Monte Alegre e a deputado estadual. Keila não gosta nem de se lembrar dessa época: “Em Goiás, ele se candidatou umas quantas vezes. Botava a gente pra entregar panfleto, eu botava tudo fora”.⁷ Mais tarde, quando retornou ao Rio Grande do Sul, João voltou a se candidatar, dessa vez a deputado federal pelo PT, e, mais uma vez, queria a ajuda dos filhos para a campanha. Não se elegeu. Para Keila, são lembranças dolorosas, que ela vai revelando aos poucos, de forma hesitante.

*Ele saía de carroça. Bem capaz que eu ia junto! Ele vendeu a outra chácara pra mexer com política, só gastava... A política é só gasto, lucro não tem nenhum. No meu caso, não me envolveria, não gosto de política. Ficar um tempão, como ele ficou, longe dos filhos, só por causa de política, isso não é vida. [Pensa bem antes de falar e, depois de bastante tempo, conclui] Acho que ele é uma boa pessoa, não falando como filha, mas ele é muito da política.*⁸

A advogada Soraia Mendes foi quem tratou da documentação para que João Sem Terra tivesse direito à reparação indenizatória da União por perseguição política. Ela conta que teve dificuldades em obter dele informações sobre o pe-

7. João Sem Terra, 2010.

8. João Sem Terra, 2010.

9. João Sem Terra, 2010.

10. João Sem Terra, 2010.

ríodo em que se escondeu com outro nome. “O nascimento de Moisés é algo que ele não compartilha.” Ao contrário do que dizem os filhos e do que dizia ele mesmo, Soraia acredita que João tenha tido uma vinculação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). “Mas isso ele não diz, faz parte do segredo que ele vai levar.”⁹ Ela considera admirável a disposição para a militância desse homem, durante a vida inteira. “Em Goiás, na clandestinidade, com outro nome, outros documentos, com outra família, ele se candidata a deputado. A militância dele não se esgotou nunca.”

Enigmático, João não explicitava suas ligações partidárias naquele período, além das relações com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Para justificar a perseguição sem trégua, apenas soltou a frase: “Naquele tempo os comunistas comiam crianças, como dizia a lenda”. Mas foi taxativo ao dizer que, “naquela época, era melhor ter o Partido Comunista como companheiro do que o próprio PTB, porque (o PCB) era mais disposto à luta, ao trabalho”.¹⁰

EM PROSA E VERSO

João Sem Terra era um mito cantado em prosa e verso nos acampamentos de colonos sem-terra do Rio Grande do Sul já na década de 1980. Isso graças à música João Sem Terra, feita pelo compositor Antônio Gringo, com versos de seu parceiro Paulo Carus. Essa milonga reflete a imagem que os militantes por terra de então tinham deste personagem:

*João Sem Terra, teu tempo chegou/ Reclama dos homens
Da terra que um dia teu Deus entregou/ Levanta a tua enxada
Faz dela a bandeira da tua redenção/ Do som do arado que abre
As entranhas da terra/ Faz hino de guerra
De pão, de esperançal/ Que mude essa história*

*Antiga, contada! Nas noites de chuva
Em ranchos tão pobres! Daqueles que lutam por vida melhor
[...].¹¹*

11. Veja a íntegra no início da presente publicação.

12. Entrevista concedida a este projeto, em Porto Alegre, em outubro de 2011.

O mito virou gente de carne e osso após a publicação do livro *A Saga de João Sem Terra*, de Carlos Wagner, em 1989, que resultou de uma série de reportagens publicadas no jornal *Zero Hora*, dois anos antes. Até isso acontecer, nada se sabia de João, se estava vivo, se estava morto.

Pois foi na década de 1980, no auge das mobilizações de colonos por terra em solo gaúcho que surgiu a música. A ideia era colocar a arte a serviço daquela luta e, por isso, Gringo fez algumas alterações na letra original de seu parceiro. Trocou “João, não esqueça o passado” para “João, evoca o passado”. A música faz parte de um disco de vinil, *O canto da terra*. As Edições Paulinas assumiram a realização do trabalho, pois as pastorais da Igreja Católica estavam bastante envolvidas com o movimento dos agricultores sem-terra.

A Diocese de Santa Maria, por intermédio de seu bispo, Dom Ivo Lorscheiter, criou o Prêmio Landell de Moura, para trabalhos de relevância social. “Nós entramos com o ‘Canto da Terra’, que tinha toda a temática voltada para o homem, a mulher e o jovem do campo, pois era o período do êxodo rural”, lembra Antônio Gringo.¹² Parte desse trabalho, a música *João Sem Terra* integrava toda uma mística sobre o que era vivido naquela época. Daí a importância histórica do disco, vencedor do prêmio. “Uma vez, o Frei Sérgio [Görge], encontrou com o [cantor] Milton Nascimento, que falou bem do disco, que o trabalho era consequente”, recorda o compositor.

Tantos anos passados, para muitos, João Sem Terra era só uma lenda. Antônio Gringo sabia que ele existiu. E gos-

13. João Sem Terra, 2010.

14. Wagner, 1987.

15. João Sem Terra, 2010.

16. A chamada Lei da Anistia, número 6.683, foi promulgada em 28 de agosto de 1979, durante o último governo militar do Brasil.

tava de contar sobre suas muitas camuflagens ao ser perseguido por defender a Reforma Agrária. “Ele até trabalhou de açougueiro!”

“VOU VOLTAR”, PROMETEU E CUMPRIU

O jornalista Carlos Wagner relembra o período em que fez as reportagens, depois ampliadas e transformadas em livro, quando ainda estava convicto de que João Sem Terra estaria morto, pois não havia nenhuma pista do contrário. “Um dia, uma filha dele me chamou pro canto e disse: ‘Meu pai não está morto, porque antes de ir embora ele me sentou no colo e disse que ia voltar. E eu acredito’.”¹³

Desse episódio surgiu o título da reportagem “Onde andaré João Sem Terra?”, publicada em 1987.¹⁴ Tempos depois, o livro de Wagner, *A Saga de João Sem Terra*, foi parar em Goiás. Certo dia, o jornalista estava em casa, de folga, quando alguém telefonou dizendo ser João Sem Terra. Ele achou que fosse brincadeira de algum colega para atrapalhar seu descanso.¹⁵ Era o próprio João que voltava para o mundo dos vivos. Jair Krischke, que acompanhou de perto todos esses acontecimentos, afirma que o telefonema foi dado da Assembleia Legislativa do Estado, já em Porto Alegre.

“Através desse livro é que eu pude vir embora”, confirma João Sem Terra. Em entrevista concedida ao jornal *O Popular*, de Goiânia, publicada em 8 de junho de 1989, ele contou que só naquele momento decidiu assumir sua verdadeira identidade, porque, até então, não acreditava na chamada Anistia,¹⁶ concedida no governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985). Revelou que não havia deixado de atuar no meio político e sindical e que pretendia retornar ao Rio Grande do Sul para ser o mesmo João Sem Terra de 1963. Como se possível fosse. O retorno de um exílio é



Em busca de um futuro: sem-terrinhas no acampamento do Capão da Cascavel, na Fazenda Sarandi, em janeiro 1962.

(Acervo Paulo Schmidt)



Uma só reivindicação: a mobilização dos trabalhadores do acampamento do Capão da Cascavel, na Fazenda Sarandi, em janeiro de 1962.

(Acervo Paulo Schmidt)

17. Entrevista concedida ao *Jornal da Unisinos*, em outubro de 2000, p. 12.

18. Entrevista a este projeto.

19. Entrevista a este projeto.

20. João Sem Terra, 2010.

sempre difícil, lembra Krischke: “É uma fase de estranheza, nunca se volta para o mesmo lugar; quem foi exilado passa a vida procurando as raízes – é uma dor terrível”.¹⁷

Uma noite, depois de fazer uma sessão de regressão hipnótica, com um padre, em São Leopoldo, João Altair não parava de pensar no pai, João Sem Terra. Estava impressionado com o que havia lembrado. Eram cenas de quando tinha menos de cinco anos.

*Eu estava sentado na perna do pai, na cozinha, perto do fogão a lenha. Ele pedia para eu sorrir, porque queria arrancar um dente de leite que estava caindo. Eu não ria, porque sabia o que ele queria, já tinha visto isto com meus irmãos. Mas ele dizia, “o pai só vai olhar”, mas eu não deixei. Eu estava sentado no joelho dele.*¹⁸

“Fui induzido ao passado, às lembranças. No outro dia, o pai liga. Parece que ele estava decidindo se ligava ou não ligava pra família.”¹⁹ O irmão, Cláudio Tadeu, contou a Teresa Noll Trindade que, quando o pai telefonou, ele estava junto com os outros irmãos. “Fiz um monte de perguntas de infância, como ‘qual o cavalo que tu me deu’, alguns acidentes, como ‘quem atirou um freio e eu aparei de longe e caí duro’.” João respondeu a tudo, como os fatos aconteceram. “Nem meus irmãos sabiam direito, porque eram muito pequenos, mas eram lances que eu e ele sabia.”²⁰

REENCONTRO COM A FAMÍLIA GAÚCHA

Depois do telefonema, ficou decidido que o irmão mais velho, Cláudio Tadeu, iria se encontrar com João em Goiás. Acertaram a volta do pai ao Rio Grande do Sul. A primeira reunião com a família aconteceu na casa da mãe deles, no município de Estância Velha (RS). Ele descreveu assim:

*Foi um dia de festa, de reconhecimento, um encontro muito gostoso. Parecia um filme. Era inacreditável, porque eu imaginava ele morto. Só queria descobrir onde estava, de que forma tinha morrido, onde estava enterrado... me certificar, saber onde estava.*²¹

21. João Sem Terra, 2010.

22. Entrevista a este projeto.

Jair Krischke participou do reencontro. “Me telefonaram convidando. Me disseram: ‘O pai está aqui em casa e a gente queria a sua presença.’” Depois deste, houve novo encontro na casa de uma das filhas, no Morro do Papagaio, zona nobre de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre.

*Nas duas oportunidades conversamos apenas amenidades, não aprofundamos nada, porque era incompatível com os momentos. Só mais tarde pude falar seriamente com ele, quando fiquei sabendo de sua participação na guerrilha de Trombas e Formoso (GO).*²²

João Sem Terra, no encontro com a família do sul, lembrou de sua intenção de voltar e revê-los. “Já tinha passado meu tempo lá e aqui tavam os filhos”, justificou. Emocionado, contou que estava marcado para morrer por pistoleiros em Goiás, por causa da sua militância.

Como se sabe, as expectativas são, com frequência, distintas da realidade, pois convivem lado a lado esperanças e mágoas, sofrimentos e culpas. Tantos anos sonhando com o reencontro e, quando ele ocorre, não é como o imaginado por João Altair.

Eu sempre quis descobrir meu pai, desde guri, da adolescência. Depois que descobri, conheci, preencheu um vazio que eu tinha. Tã, ‘prazer’. Passou aquela angústia, mas não houve a ligação

23. João Sem Terra, 2010.

24. João Sem Terra, 2010.

25. João Sem Terra, 2010.

*afetiva. Não que eu não goste dele, mas é como se fosse um conhecido, um amigo. É aquele negócio, pai é quem cria.*²³

Carlos Wagner aproveitou para conhecer o personagem de seu livro e de reportagens que lhe renderam o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos – e a quem acreditava estar morto. O jornalista é testemunha do conflito que se instalou na família com a volta do pai, de paradeiro até então desconhecido. Ele recorda: “De um lado, filhos e mulher que sobreviveram. De outro, um homem que caiu na clandestinidade, que foi para Trombas e Formoso, que matou gente”.²⁴ Para Wagner, essa trajetória não é diferente da história de muitos homens e mulheres que foram para a clandestinidade: “A família de João Sem Terra paga um preço até agora por isso. E na mente dele sempre vai ter uma cerca de um latifúndio pra cortar e entrar”.²⁵

João Altair concorda:

A história é bonita, as partes boas que ele conta, mas também teve muito sofrimento. Ele [João] também não quer falar muito, ele gosta muito de contar as proezas dele, mas a parte negativa ele não fala.

No encontro com Wagner, João, meio à galhofa, quis corrigir umas falhas na narrativa que havia sido publicada. Disse ao jornalista: “Vou te contar umas coisas que não estão bem certas naquele livro”. Certamente, de tudo o que já foi escrito e dito sobre ele, João Sem Terra teria um sem-número de detalhes – que só ele sabia – a acrescentar ou a corrigir. Mas, como muitos outros militantes que amargaram a clandestinidade nos tempos sombrios do regime militar, suas histórias continuaram recheadas de silêncios sobre aquilo que ele, mesmo décadas depois, preferia calar.

As perseguições, ameaças, prisões, torturas, ao violar corpos e mentes, têm sempre efeitos devastadores, geram traumas e sequelas psíquicas, físicas e morais nas vítimas. O testemunho do psiquiatra Jean Améry, preso em vários campos de concentração, entre eles o de Auschwitz, dá a dimensão da tragédia ao afirmar: “Aqueles que foram torturados continuam sendo torturados” (apud Martín, 2005). Estudos conduzidos em diferentes contextos com sobreviventes de campos de concentração e com perseguidos políticos ao longo de décadas corroboram a declaração. Conforme Martín (2005), entre as vítimas de tortura são frequentes os casos de perda da sanidade mental, de psicoses, de suicídios e de rupturas familiares. Os problemas detectados por psiquiatras e psicólogos em seus estudos vão desde crises de identidade, angústia crônica, ansiedade, depressão, insônia, pesadelos, sentimentos de culpa e de vergonha até dificuldades relacionais, transtornos da memória, da percepção e da atenção.

Como no caso de outros perseguidos políticos, a tortura e o desterro parecem ter deixado também em João suas cicatrizes, como sugerem os depoimentos do músico Antônio Gringo e do advogado Jair Krischke, que conheceram o líder camponês já na década de 1990, no Rio Grande do Sul, quando ele beirava os 70 anos.

Gringo registrou o intrigante silêncio do protagonista de seus versos no único encontro deles: “Nos poucos momentos que conversamos, ele não dizia nada, era apático. Talvez eu estivesse equivocado e ele tivesse suas razões para o silêncio”.²⁶ Krischke, que esteve com João Sem Terra por três vezes, revelou outras pistas sobre os traumas emocionais: “Ele vivia assustado. Qualquer pessoa que chegava, ele já achava que estava atrás dele”.²⁷

De silêncios e sobressaltos

26. Entrevista a este projeto.

27. Entrevista a este projeto.

Arames farpados: a angústia na Fazenda Santa Rita,
em Lagoa Vermelha, em maio de 1994.
(Roberto Santos)



CAPÍTULO IV

CIDADANIA RECONQUISTADA

ANISTIA E REPARAÇÃO

Na década de 1990, João Sem Terra, na condição de viúvo e aposentado, vivendo com um salário mínimo, entrou com pedido de reparação econômica de caráter indenizatório e declaração da condição de anistiado político.

O fundamento para o pedido foi a Lei nº 10.559/ 2002,¹ que assegurou o direito à indenização às vítimas de repressão a partir de 1964. A legislação beneficiou aqueles que foram punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas, sendo trabalhadores do setor privado ou dirigentes e representantes sindicais, bem como impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos, sendo trabalhadores do setor privado, dirigentes ou representantes sindicais.

É o caso de João. Entre o final de 1963 e início de 1964 ele teve de fugir do Rio Grande do Sul e passar a usar outro nome. Foi compelido a se afastar de sua ati-



Adriana Fancos/ Agência RB5

1. Esta lei resultou da Medida Provisória nº 2.151/2001, revogada pela Medida Provisória nº 65, que, por sua vez, converteu-se na legislação em vigor.

vidade de agricultor, não pôde mais exercer sua liderança sindical e precisou abandonar tudo o que tinha, até mesmo a família. A documentação que integra o dossiê reunido pela Comissão Nacional de Anistia esclarece que, até o início de 1964, exercia a atividade de agricultor no município de São Francisco de Paula, em local conhecido como Mato das Flores. Na fazenda de 400 hectares, com outros assentados, integrantes do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), plantava milho, legumes, hortaliças, feijão, entre outros. E relata ainda que, na época, trabalhava com o transporte dos produtos agrícolas dos demais colonos, já que possuía um caminhão. Com essas informações, João Sem Terra busca provar que exercia atividades de colono e de motorista e que, dessa forma, sustentava sua família: mulher e sete filhos. A indenização postulada é por 21 anos de afastamento de suas atividades remuneradas, de 1964 até 1985.

Na extensa juntada de documentos em que pede anistia e reparação, ele narra fatos da perseguição política. O perfil de João foi descrito assim em relatório da Comissão de Anistia do RS, no Processo nº 002528-12/SJS-98.5:

João Machado dos Santos é uma das figuras mais conhecidas das lutas camponesas; lutador incansável pela luta ao direito à terra para quem trabalha. Pode-se dizer que foi um dos primeiros baluartes do trabalhador rural e que, ouvido fosse, teríamos evitado as dezenas de milhares de famílias camponesas que migraram às cidades, que formam hoje os cordões de miséria que cercam as grandes cidades. Não por acaso recebeu o nome de João Sem Terra.

Seus perseguidores são qualificados:

Perseguido, vilipendiado pelos grandes proprietários, que somaram e somam grandes glebas de terra por pura especulação; formando o injusto sistema de propriedade e mau uso da terra, que barrava o desenvolvimento harmônico da produção rural, levando ao êxodo rural, cerne real do desemprego, da miséria e dos múltiplos crimes que têm sido reiteradamente praticados contra cidadãos indefesos, criticado e condenado por não poucos países, por muitos órgãos internacionais. João Sem Terra é o símbolo do direito à vida. Homem simples, cuja cultura representa fielmente os anseios, o “espírito” do amor à terra, deu e dá a vida por aquilo mais conhecido por direito.

A ALCUNHA VEM DOS PERSEGUIDORES

Na solicitação de reparação, há a seguinte explicação:

O requerente João Machado dos Santos ficou conhecido como João Sem Terra, apelido que lhe deram os perseguidores políticos. João Sem Terra é um ativista pioneiro da política rural. Incansável articulador, era quem aglutinava os anseios de uma parcela da população desejosa de trabalhar na atividade rural, única atividade que sabia exercer. A conquista da terra para o trabalhador rural significava – e ainda significa – conquistar a liberdade, conquistar a cidadania. Naquele momento, o objetivo maior era a permanência do homem no campo, proporcionando-lhe acesso à terra, visto que recém se iniciava a torrente sem volta do êxodo rural às cidades grandes e, conseqüentemente, à marginalização.

No documento, é reproduzida a apresentação que o jornalista Carlos Wagner fez do líder camponês no livro

A Saga de João Sem Terra, num momento em que não se tinha ainda pista alguma de que ele estivesse vivo.

João Machado dos Santos, João Sem Terra, era um intrépido líder camponês gaúcho, militante do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que existiu no Rio Grande do Sul nos anos 60. Em 63 e 64 foi sequestrado, torturado e libertado diversas vezes. Para escapar à encanzinada perseguição que a polícia lhe fazia e prosseguir na sua luta pela Reforma Agrária radical e o cooperativismo, em janeiro de 64, João Sem Terra troca de nome. Possivelmente tenha se engajado na luta armada no norte do Brasil. Há 25 anos desapareceu sem deixar vestígios. Aos seus familiares restou a esperança de um dia encontrar uma pista a respeito do seu paradeiro. Embora, lá no fundo da alma, os seus filhos já carreguem uma certeza há um bom tempo: ele está morto, insepulto em algum caminho deste imenso país.

REQUERENTE INCÔMODO

No processo consta que, em 1963, João se deslocou até o município de Nonoai, no norte gaúcho, em nome do Master, a fim de atender a agricultores que estavam às voltas com desapropriações de terras naquele município. Trata-se do episódio narrado por Ari Saldanha, a respeito de uma determinada “Maria”, que foi à procura de João em Porto Alegre.

Lá chegando, por volta do mês de outubro de 1963, o requerente logo se juntou aos agricultores, iniciando movimento de organização com a finalidade de pleitear as desapropriações de terras, promessa feita pelo então governador do estado, Leonel de Moura Brizola. Sucedeu, então, que a presença do requerente à frente dos agricultores estava causando desconforto nas autorida-

des locais da polícia, já insufladas pelos ventos que sopravam nos quartéis... Assim, em outubro de 1963, o requerente foi preso na zona rural do município de Nonoai por policiais da Delegacia de Polícia local. O requerente ficou preso na Delegacia de Polícia de Nonoai por uns dois dias. Após, foi trazido preso até Porto Alegre, onde ficou dois ou três dias detido no Dops, como registram enfaticamente os jornais da época.

2. Última Hora, 26 out. 1963, capa.

JORNAL DENUNCIA

A capa da edição de 26 de outubro de 1963 do jornal *Última Hora*, anexa ao processo, estampa: “Dops sequestra líder camponês – João Sem Terra seviciado em Nonoai está preso em Porto Alegre”. Aqui está publicada a palavra que o pequeno João Altair não entendia. O texto destaca:

Mais um sequestro veio a ser cometido pela polícia gaúcha, mais precisamente pela famigerada Delegacia de Ordem Política e Social. Dessa vez, a vítima é o camponês João Machado dos Santos, conhecido pelo apelido de João Sem Terra. O sequestro ocorreu na última segunda-feira, no município de Nonoai, para onde se deslocara o agricultor, por determinação da Federação dos Agricultores Sem Terra [sic] – Master, membro que é de sua diretoria. João Sem Terra participava de uma reunião de companheiros, quando a mesma foi dissolvida por praças da Brigada Militar.²

A denúncia foi publicada no jornal porque, quando estava no Dops, João Sem Terra conseguiu passar um bilhete escrito às pressas para o jornalista João Aveline, dirigente do PCB, que era da equipe de reportagem sindical do *Última Hora*. O bilhete dizia apenas: “Aveline, avise a Supra, João Sem Terra”.

DOPS SEQUESTRA LÍDER CAMPONÊS



João Sem Terra

Ultimattora

ANO IV - RUA ALBERTO DE OLIVEIRA, 10 - RIO DE JANEIRO - 20.000

"João Sem Terra" Seviçado em Nonoai Está Prêso em P. Alegre

P. Central

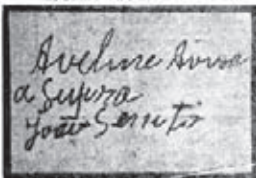
Primeira página: sequestro de João Sem Terra pelo Dops é manchete do jornal *Última Hora*, de 26 de outubro de 1963.

Pedindo ajuda: jornal reproduz, na edição de 26 de outubro de 1963, bilhete enviado pelo líder camponês ao repórter João Aveline para avisar a Superintendência da Reforma Agrária.

(Reproduções/Roberto Santos)

TESTEMUNHA

O sequestro de João Machado de Barros em Nonoai, realizado em 26 de outubro de 1963, foi planejado e executado pelo Dops de P. Alegre, sob a direção do delegado de polícia João Aveline. O sequestro foi realizado em Nonoai, onde João Sem Terra estava trabalhando em uma fazenda. O sequestro foi planejado e executado pelo Dops de P. Alegre, sob a direção do delegado de polícia João Aveline.



★ O bilhete de João Sem Terra à reportagem de UH, foi escrito na prisão, tanto que suas ideias constam.

SUPRA VAI DEFENDER "JOÃO SEM TERRA"

Assado de sua Constituinte Paulista, o SUPRA vai defender João Sem Terra, o sequestrado em Nonoai, em P. Alegre, em 26 de outubro de 1963. O sequestro foi planejado e executado pelo Dops de P. Alegre, sob a direção do delegado de polícia João Aveline.

Sequestro em Nonoai, realizado em 26 de outubro de 1963, em P. Alegre, sob a direção do delegado de polícia João Aveline. O sequestro foi planejado e executado pelo Dops de P. Alegre, sob a direção do delegado de polícia João Aveline.

SEM CENSURA

Honórias Para Acolher Delegados

(1)

A comissão de Honórias da Câmara Municipal de P. Alegre, sob a direção do delegado de polícia João Aveline, vai receber os delegados da Constituinte Paulista em P. Alegre, em 26 de outubro de 1963.

Bancos Vão Funcionar

Os bancos de P. Alegre vão funcionar normalmente em 26 de outubro de 1963, apesar do sequestro de João Sem Terra.

Olhô vivo: jornal *Última Hora* acompanha prisão, libertação e processo contra o líder camponês, em edições de outubro de 1963.

(Reproduções/Roberto Santos)

"JOÃO SEM TERRA" EM LIBERDADE

JOÃO de Santos Machado, conhecido no movimento camponês como João Sem Terra, foi libertado depois de ter sido sequestrado pela Polícia gaúcha durante dois dias. A UH João Sem Terra contou que, amarrado e acorrentado, foi transportado acorrentado às grades de Nonoai, para Erechim, de Erechim para P. Alegre, e desta capital, novamente, para Erechim, onde foi libertado sob condições...

sem censura

MADEIRA DE ARAUCÁRIA

★ O VEXAME DE ADHEMAR

O arquímio e estudioso brasileiro que participou, para João Sem Terra, do Congresso Internacional de Arquitetos em Havana, Cuba, adquiriu grande material, sagrada paz, de livros, filmes e publicações. Os resultados de tipo da Polícia que atualmente existe em São Paulo e Guarulhos, com reflexos positivos no Rio Grande do Sul, e antropológico e fazendas rurais, reconstituiu todo o material para Resende, com a finalidade de posterior distribuição aos seus proprietários, ao Brasil. As delegações de Aragonês, Chilo e Evagari, mais cidadãos, reconstituíram, a respeito, com a Polícia Brasileira. Livro, obra...



João Sem Terra

FOTOGRAFIA DE JOÃO SEM TERRA

Uma nota publicada no jornal relata o episódio:

Bilhete – Ontem, todavia, às 15 horas, o município Manoel Borges Xavier encontrava-se no Dops, a fim de informar sobre uma concentração pública de sua classe, quando foi abordado por João Machado dos Santos, que ali estava para ser ouvido, o qual lhe entregou um curto bilhete para o nosso companheiro João Aveline, da reportagem sindical de Última Hora, pedindo-lhe que avisasse à Supra sobre seu sequestro.³

3. Última Hora, 26 out. 1963, página central.

4. Última Hora, 29 out. 1963, p. 3.

João ficou sequestrado pelo Dops por cinco dias, sofreu torturas e somente foi libertado na cidade de Erechim, conforme noticiado na edição de 29 de outubro de 1963 do jornal *Última Hora*.

João Machado dos Santos, conhecido no movimento camponês como João Sem Terra, foi finalmente posto em liberdade depois de ter sido sequestrado pela polícia gaúcha durante cinco dias. João Sem Terra contou que, amarrado e acorrentado, foi transferido sucessivamente das prisões de Nonoai para Erechim, de Erechim para Porto Alegre e, desta capital, novamente para Erechim, onde foi libertado sábado último.⁴

CABEÇA A PRÊMIO

Nos depoimentos anexados ao processo é mencionado que João continuou sofrendo perseguição política, em razão de suas atividades em defesa dos pequenos agricultores, até que, no final de 1963, quando viajou ao Rio de Janeiro para acompanhar a fundação da Contag, ao se preparar para voltar ao Rio Grande do Sul foi avisado de que havia sido decretada sua prisão e sua captura. Com um grupo de agricultores, João seguiu então para Goiás.

5. RS. Lugar de nascimento; cidade, município, região natal, segundo o *Dicionário Houaiss*.

Seus familiares tiveram que depor. Seus conhecidos foram investigados. Já não eram raras as ameaças naquele momento, inclusive de morte. Antes de ir para o Rio de Janeiro, foi preso diversas vezes pela Polícia Civil, pela Brigada Militar e pelo Dops. Era ameaçado e torturado, levava choques elétricos. Em um episódio, teve que fugir das dependências do Dops para não ser morto, ante a gravidade das torturas. “Diante do rigorismo das perseguições, foi para o Rio de Janeiro, em 1964, para fugir da repressão militar e não teve condições de voltar à terra natal por 25 anos!”, ressalta o documento.

DIREITO CONQUISTADO

Apontando os danos físicos e psíquicos sofridos, João Machado dos Santos pediu a indenização pelo período em que viveu clandestino, exilado, tendo que abandonar sua família, seu trabalho como agricultor, sua atividade remunerada. Na época em que solicitou a reparação, ele estava vivendo da aposentadoria por idade. Jamais conseguiu recuperar sua situação previdenciária.

O pedido teve acolhida unânime da Comissão de Anistia do Rio Grande do Sul, em 9 de novembro de 1998. O relator do processo foi um dirigente do antigo PCB, Carlos Alberto Franck. A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça recebeu o pedido em 29 de maio de 2002 e o deferimento ocorreu em 10 de abril de 2003.

IDEAIS QUE NÃO MORREM

Já no final da vida, aos 84 anos, de volta aos pagos⁵ onde nasceu, João continuava pregando as ideias nas quais sempre acreditou e que o fizeram se separar das pessoas e

do lugar de que gostava, tendo sido obrigado a assumir outra identidade para sobreviver, exilado em seu próprio país. Para quem quisesse ouvir, ele dizia ser necessário “pegar essas terras que estão na mão dos grileiros”. Grileiro, explicava, é o dono da grande estância, que usa a terra só para ganhar para si. Na sua simplicidade, João ensinou: “Basta limitar a propriedade e pronto, tá feita a Reforma Agrária. Limita a propriedade e sobra terra pra distribuir a bandalha pra todo mundo”.⁶

Além dos latifundiários, ele apontava outros inimigos da Reforma Agrária: os governantes que não tomam providências para a divisão das terras.

*Esses caras safados, esses governadores que não querem Reforma Agrária. Pra não dizer que não querem, fazem um programa de distribuir a terra, mas não dão recurso pra produzir. Ai o colono é obrigado a vender. Não adianta terra sem ter como plantar.*⁷

Homem simples, sim. Mas também um homem firme, que sustentava o que pensava e dizia. “Nunca tive medo e até hoje não tenho medo de enfrentar o bicho na marra. Do jeito que vocês vierem, recebem.”⁸ Apesar dos ares de bravata, é a valentia típica dessa geração de líderes camponeses que se devem muitas das conquistas relacionadas à questão agrária.

A MORTE

João Sem Terra morreu na tarde do dia 20 de outubro de 2010, aos 85 anos, em decorrência de problemas cardí-

6. João Sem Terra, 2010.

7. João Sem Terra, 2010.

8. João Sem Terra, 2010.



Virou filme:

vida do líder camponês é tema de documentário dirigido por Teresa Noll Trindade.

acos. Ele estava internado no Hospital Municipal de Santo Antônio da Patrulha havia 20 dias. Casara-se pela terceira vez, no Rio Grande do Sul, com Odete Gonçalves de Lima, de quem estava separado. Morava com os filhos Keila e Moisés e mais três netas, em chácara herdada do pai, Pedro, na zona rural daquele município. Passou ali seus últimos anos, de volta ao horizonte de sua infância, período no qual começou a perceber as injustiças, descobriu-as intoleráveis, e a partir das quais encaminhou suas lutas por toda a vida. Nas mesmas terras do pai, que lhe aplicava surras por medo de que o filho as distribuísse.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bernard J. P. *A atuação do Master na Reforma Agrária do Rio Grande do Sul*. Comunicação apresentada em GT durante a VIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, Argentina, 2009.

ALVES, Bernard J. P. *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2009a.

ALVES, Bernard J. P. *A política agrária de Brizola no Rio Grande do Sul: notas sobre a atuação do governo e movimento*. Comunicação apresentada no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 26-28 jul. 2011. GT: Movimentos Sociais, organizações de representações e lutas por direito no campo. Curitiba (PR), 2011.

BECKER, Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie*. Paris: Nathan, 1997.

BERTAUX, Daniel. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Proposiciones*, 29 marzo 1999, p. 1-23.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. [Primeira parte – 1900-1945]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*: segunda parte – 1946-1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. [Apresentação de Anita Leocádia Prestes]. Ed. ampliada e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. [Livro-relatório].

BURNETT, John; VINCENT, David; MAYALL, David (Ed.). *The autobiography of the working class: an annotated bibliography*. Brighton: The Harvester Press, 1984. 3 v.

CAPELATO, Maria Helena R. Ditaduras do Cone Sul: memórias traumáticas e conflitos de memória. In: MONTENEGRO, Antonio T. et al. (Org.). *História: cultura e sentimento*. Outras histórias do Brasil. Recife: Editora Universitária UFPE; Cuiabá: EdUFMT, 2008.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Ed. revista e ampliada. Brasília: MDA, 2011.

CASSEL, Guilherme; VANNUCHI, Paulo. Apresentação. In: CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CHEVALIER, Yves. La biographie et son usage en sociologie. *Revue Française de Science Politique*, v. 29, n. 1, p. 83-101, 1979.

CONCEIÇÃO, Manoel da. *Essa terra é nossa*. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.

CONCEIÇÃO, Manoel da; SOARES, Paula Elise Ferreira; ANTUNES, Wilkie Buzatti (Org.). *Chão de minha utopia*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010. [Reedição ampliada de: *Essa terra é nossa*].

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *As lutas camponesas no Brasil*: 1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Trombas: um ensaio revolucionário. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead/MDA, 2009. v. 1, p. 57-70. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/126/Lutas_Camponesas_v1_small.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CYRULNIK, Boris. *Autobiografia de um espantalho: histórias de resiliência*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 216 p.

DREYFUS, Michel; PENNETIER, Claude; VIET-DEPAULE, Nathalie (Org.). *La part des militants: biographie et mouvement ouvrier*. Paris: Les Éditions de l'Atelier, 1996.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1984.

ECKERT, Córdula. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead/MDA, 2009. v. 1, p. 71-92. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/126/Lutas_Camponesas_v1_small.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FREI BETTO. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARRES, Marluza Marques. Trabalhando com memórias. Memória e história da reforma agrária do Banhado do Colégio: Camaquã, RS, Brasil – 1962-1972. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 32, n. 1, p. 127-141, jun. 2006. Disponível em: <<http://caioba.pucrs.br/fo/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1305/1010>>. Acesso em: out. 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JULIÃO, Francisco. *Que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Edições Bagaço, 2009.

MALVA, Constant. *Ma nuit au jour le jour*. Paris: Maspero, 1978.

MALVA, Constant. *La nuit dans les yeux*. Bruxelles: Éditions Labor; Paris: Fernand Nathan, 1985.

MARTIN, Alfredo Guillermo. As sequelas psicológicas da tortura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília: Conselho Federal de Psicologia, v. 25, n. 3, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932005000300008&script=sci_arttext>. Acesso em: abr. 2012.

MITCHELL, José. A saga de João Sem Terra – um político dos perseguidos em 64 ainda é clandestino. *Jornal do Brasil*, 19 maio 1989.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1986)*. São Paulo: Global, 1987.

NASH, June; ROJAS, Juan. *He agotado mi vida en la mina: autobiografía de un minero boliviano*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.

NAVEL, Georges. *Travaux*. Paris: Gallimard, 2004.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v. 1, n. 1, p. 41-56, 1979.

PASSAPORTE para a vida. In: A espessura do exílio. *Jornal da Unisinos*, São Leopoldo, RS: Unisinos, p. 12, out. 2000.

PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. *Revue de Sociologie Française*, v. 31, n. 1, p. 3-22, 1990.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-45, 1989.

SANTIAGO, Vandec. *Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 1964*. Recife: Comunigraf, 2004.

SANTOS, Abdias José dos. *O biscateiro: depoimento de um trabalhador*. Petrópolis: Vozes, 1977.

SANTOS, Abdias José dos. *O dia-a-dia do operário da indústria*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, Abdias José dos. *Consciência operária e luta sindical*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Abdias José dos. *O julgamento pelos metalúrgicos de Niterói*. Rio de Janeiro: Cedac, 1983.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O farmer contra o Jeca: o projeto de revisão agrária do governo Carvalho Pinto*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/revisao%20agraria.indd.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

VERRET, Michel. Biographies, militances, dictionnaires. In: DREYFUS, Michel; PENNETIER, Claude; VIET-DEPAULE, Nathalie (Dir.). *La part des militants: biographie et mouvement ouvrier, autour du Maitron*, Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français. Paris: Les Éditions de L'Atelier/Éditions Ouvrières, 1996.

WAGNER, Carlos. *A saga de João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

WAGNER, Carlos. Onde andarã João Sem-Terra? *Zero Hora*, Porto Alegre, 1987.

FILMES

JOÃO SEM TERRA. Documentário. Direção: Teresa Noll Trindade. Produção: Estrada Filmes e Catatonia Filmes, com o apoio do Nead/MDA e IICA. São Paulo; Porto Alegre, 2010. (90 min).

ACERVOS E DOCUMENTOS

ACERVO do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Porto Alegre/RS, contendo “As Resoluções do Master”, documento da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de junho de 1963, em Porto Alegre.

DECLARAÇÃO do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o Caráter da Reforma Agrária. *Estudos Sociais*, abr. 1962.

Transcrição em HTML de Fernando A. S. Araújo, maio 2006. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/tematica/1961/11/17.html>>. Acesso em: out. 2011.

DOSSIÊ sobre João Sem Terra. Documentos reunidos pela Comissão Nacional de Anistia, Ministério da Justiça, 2011.

JORNAL *Última Hora*, Porto Alegre, edições de outubro 1963.

MEMORIAL da Revolta de Trombas e Formoso. Projeto desenvolvido pela Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Disponível em: <<http://trombaseformoso.org/node/24>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ENTREVISTAS

ANTONIO GRINGO. Entrevista a Marcia Camarano. Porto Alegre, out. 2011.

JAIR KRISCHKE. Entrevista a Marcia Camarano. Porto Alegre, out. 2011.

JOÃO ALTAIR Machado dos Santos [filho de João Sem Terra]. Entrevista a Marcia Camarano. Novo Hamburgo, abr. 2012.

MARIA CATARINA dos Santos Fuck [filha mais velha de João Sem Terra]. Entrevista a Marcia Camarano. Novo Hamburgo, abril de 2012.

MARIZETE Terezinha Veit [filha de João Sem Terra]. Entrevista a Marcia Camarano. Novo Hamburgo, abril de 2012.

MARECI Helena Nervo [filha de João Sem Terra]. Entrevista a Marcia Camarano. Novo Hamburgo, abril de 2012.

SIGLAS

ALN	Ação Libertadora Nacional
Arena	Aliança Renovadora Nacional
Astro	Associação dos Agricultores Sem-Terra de Rolante
BM	Brigada Militar [a PM gaúcha]
CETH	Comissão Estadual de Terras e Habitação
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coopergarimpo	Cooperativa Mista Extrativista Mineral dos Garimpeiros do Estado de Goiás
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
FAG	Frente Agrária Gaúcha
Igra	Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
Inda	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Master	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul
MJDH	Movimento de Justiça e Direitos Humanos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Supra	Superintendência da Reforma Agrária

A AUTORA

Marcia Camarano é jornalista. Repórter com larga experiência, fez muitas coberturas relacionadas à questão agrária e aos movimentos sociais no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Com as reportagens “Dois pesos, duas medidas”, sobre a Reforma Agrária, e “Infância querida, infância perdida”, sobre o trabalho precoce, ambas publicadas no jornal *Extra Classe*, ganhou o Prêmio de Direitos Humanos de 1997 e de 1998, concedido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Marcia trabalhou nos jornais *Correio do Povo* (RS) e *O Estado* (SC), além de atuar em periódicos alternativos.

Este livro foi produzido em Brasília, em dezembro de 2012. O texto e os títulos foram compostos em Adobe Garamond Pro sobre papel pólen soft 80 g/m².
Tiragem de 5 mil exemplares.



Secretaria de
Direitos Humanos

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

